



Entrevista:
Marcelo Curado

Pág. 06

paraná cooperativo

Ano 11
Número 133
Mar/2016



INCERTEZAS E PREOCUPAÇÕES

O impasse político concentra atenções no país, travando a agenda no Congresso e dificultando a retomada do crescimento da economia. Dirigentes cooperativistas e especialistas avaliam com apreensão a conjuntura atual do Brasil

*Leve e saborosa
para combinar com o
seu dia a dia. Leve.*

Preparada com pedaços nobres de frango e sob os mais altos padrões de qualidade, a Linguiça de Frango C.Vale atende aos mais exigentes paladares com seu tempero suave e sabor inigualável. Experimente.



Bom senso e ordem jurídica

A sociedade brasileira vê com apreensão o horizonte nada animador da nossa economia. Tivemos, em 2015, retração de 3,8% na geração de riquezas no país e a expectativa do mercado, segundo o Boletim Focus, é de mais crise em 2016, que deve se encerrar com queda de 3,5% no Produto Interno Bruto (PIB). A apreensão fica por conta dos efeitos desse descompasso da economia sobre o cidadão.

Para agravar o cenário, há ainda a falta de sintonia entre o governo e o Congresso Nacional na proposição de políticas de combate a esses problemas e que atendam ao anseio da sociedade quanto à urgente retomada do crescimento dos vários segmentos da economia, proporcionando, em consequência, a geração de mais empregos e renda para os brasileiros.

Para isso, é preciso que o governo promova mudanças urgentes para superar essa paralisia política e econômica, com a mudança de seus rumos, com diretrizes condizentes com o Estado Democrático de Direito, contribuindo para a construção e manutenção do bem estar do brasileiro e proporcionando, assim, segurança jurídica e econômica para toda a sociedade.

O momento político é muito delicado. No entanto, é preciso estar atentos para o respeito às regras constitucionais que regem a condução dos destinos da nação. Deve prevalecer o interesse da coletividade, com bom senso e serenidade observando o processo legal, em consonância com a Constituição de 1988. Assim será possível restaurar a ética em todos os segmentos do país, sobretudo nas nossas instituições.

E, caso haja necessidade de alteração no comando dos destinos do país, que seja de forma democrática, com amparo jurídico e constitucional. Tudo o que vier a ser decidido deve ter como norte, não o interesse de agremiações políticas ou grupos, mas os destinos da

União para assegurar o progresso, com ordem e o envolvimento de toda a sociedade.

É possível superar esse momento difícil, como muitos já enfrentados pelos brasileiros em outras ocasiões e que, com união e perseverança, conseguimos vencer. Precisamos, juntos, achar uma saída para esta situação de caos e incerteza. Esse é o tema da matéria especial dessa edição da Revista Paraná Cooperativo, que ouviu dirigentes e especialistas sobre a crise econômica e política que aflige o país.

Precisamos preservar a democracia e nossas instituições, no esforço de continuarmos a fazer deste país uma grande nação, com estabilidade econômica e prosperidade para todos que aqui vivem. Assim, o país terá assegurado a garantia do funcionamento adequado de suas instituições e

garantirá a segurança para a população exercer plenamente sua cidadania e ter garantido seus direitos fundamentais. 🍌

“Precisamos preservar a democracia e nossas instituições, no esforço de continuarmos a fazer deste país uma grande nação, com estabilidade econômica e prosperidade para todos”



João Paulo Koslovski
Presidente do Sistema Ocepar

10 ESPECIAL

Dirigentes de cooperativas e especialistas demonstram preocupação com a atual conjuntura brasileira, que se agrava com o aprofundamento da crise política e trava a retomada da expansão econômica

Foto: Arquivo Graf Digital



06

ENTREVISTA

O economista Marcelo Curado faz uma análise do momento econômico e político nacional

Foto: Marilí Vieira/Sistema Ocepar



19

MEIO AMBIENTE

Registro no CAR encerra-se em 5 de maio. Quem perder o prazo não terá alguns benefícios, como suspensão de multas e acesso a linhas de financiamentos

Foto: Assessoria C.Vale



20

CONJUNTURA

Valorização do câmbio, no caso da soja, e mercado enxuto, no milho, asseguram boa remuneração aos agricultores brasileiros

Foto: APPA



24

SISTEMA OCB

Agenda Institucional do Cooperativismo traz as principais demandas do setor voltadas aos três poderes: Judiciário, Legislativo e Executivo



Foto: Assessoria OCB

28

IMPOSTO

Gov. do Paraná atende pleito das cooperativas e restabelece a não cobrança do ICMS nas faturas de energia elétrica de produtores rurais



Foto: Arquivo Sistema Ocepar

30

TRANSPORTE

Associados de cooperativas de transporte são incluídos como beneficiários do Programa Procaminhoneiro



Foto: Arquivo Sistema Ocepar

32

DIA C

Campanha é lançada regionalmente pelo Sescop/PR nas reuniões com Agentes de Desenvolvimento Humano do estado



SISTEMA OCEPAR

DIRETORIA DA OCEPAR

Presidente

João Paulo Koslovski

Diretores

Alfredo Lang

Alvaro Jabur

Dilvo Grolli

Frans Borg

Jacir Scalvi

Jaime Basso

Jorge Hashimoto

Luiz Lourenço

Luiz Roberto Baggio

Marino Delgado

Paulo Roberto Fernandes Faria

Renato João de Castro Greidanus

Ricardo Accioly Calderari

Ricardo Silvio Chapla

Conselho Fiscal

Titulares

José Rubens Rodrigues dos Santos

Lauro Osmar Schneider

Urbano Inácio Frey

Suplentes

Paulo Henrique Cariani

Tácito Octaviano Barduzzi Junior

Superintendente

José Roberto Ricken

Superintendente Adjunto

Nelson Costa

DIRETORIA DO SESCOOP/PR

Presidente

João Paulo Koslovski

Conselho Administrativo

Titulares

Alfredo Lang

Wellington Ferreira

Luis Augusto Ribeiro

Luiz Roberto Baggio

Suplentes

Paulo Roberto Fernandes Faria

Frans Borg

Mauro Vanz

Karla Tadeu Duarte de Oliveira

Conselho Fiscal

Titulares

Roselia Gomes

James Fernando de Moraes

Marcos Antonio Trintinalha

Suplentes

Katiuscia Karine Lange Nied

Luciano Ferreira Lopes

Iara Dina Follador Thomaz

Superintendente

José Roberto Ricken

EXPEDIENTE

Revista Paraná Cooperativo:

Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar/Sescop/PR.
Editor Responsável: Samuel Zanello Milléo Filho (DRT/PR 3041) Edição e Redação: Ricardo Rossi, Mariê Vieira, Lucia Massae Suzukawa e Silvio Oriocoli. Design Gráfico: Stella Soliman Tonatto. Conselho Editorial: João Paulo Koslovski, José Roberto Ricken, Nelson Costa, Flávio Turra, Gerson Lauermann, Leonardo Boesche, Samuel Zanello Milléo Filho. Diagramação: Graf Digital. CTP e Impressão: Gráfica Radial Ltda. Imagem capa: Graf Digital Licitação/Pregão: 01/2015. Redação: Av. Cândido de Abreu, 501, CEP 80530-000, Centro Cívico, Curitiba - Paraná. Telefone: (41) 3200-1100 / (41) 3200-1109. Endereço Eletrônico: jornalismo@sistemaocepar.coop.br Página na Internet: www.paranacooperativo.coop.br As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

Marcelo Curado

Economista e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Voo de galinha

Texto: Ricardo Rossi

“

A chave para o crescimento econômico do Brasil é a produtividade. É a inserção no cenário internacional. Esse é o caminho para o desenvolvimento

”

A instabilidade da economia brasileira impede que o país cresça de forma sustentável e duradoura. O voo de galinha de nossos indicadores econômicos é consequência da incapacidade de sucessivos governos em realizar reformas estruturais e sistêmicas, somada agora à falência do modelo político do presidencialismo de coalizão. A opinião é do economista e professor da UFPR (Universidade Federal do Paraná), Marcelo Curado, que concedeu entrevista à Revista Paraná Cooperativo, analisando a atual conjuntura brasileira, marcada por recessão e crise política. “O país está pagando muito caro pelo erro de não ter feito as reformas, especialmente a previdenciária e a tributária”, afirma. Doutor em política econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Curado faz uma avaliação dos desacertos que causaram a crise e defende mudanças estruturais. Acompanhe.

As discussões nacionais estão muito concentradas em questões políticas. Até que ponto isso atrasa e compromete a recuperação da economia do país?

Hoje a situação econômica está totalmente dominada pela questão política. O país está parado por divergências políticas. Enquanto não houver a resolução desse impasse, dificilmente os investidores, empresários e os agentes desse processo vão de fato tomar as medidas necessárias para retomar o crescimento da economia, tanto do lado privado, quanto do setor público. Então, sem dúvida, precisamos hoje de uma definição. Um ponto positivo é que

teremos uma primeira definição, muito provavelmente em meados de abril, pois espera-se que a questão do impeachment seja definida. Isto vai tornar um pouco mais nítido, mais claro, reduzir um pouco a incerteza do ponto de vista da condição política. Como pensar, hoje, em medidas importantes – reformas da previdência e tributária, por exemplo, necessárias para melhorar o ambiente de negócios do Brasil, imerso nesse contexto político de estagnação?

A não realização de reformas estruturais importantes foi um fator desencadeante para a crise econômica e política que vivemos? Como chegamos a esse cenário de recessão e incertezas?

Vejamos a cronologia da crise. Durante os dois mandatos do ex-presidente Lula (2003-2010) houve um período bom para a economia e o governo fez políticas macroeconômicas acertadas e, além disso, contou com um cenário externo muito favorável. Lula poderia ter encaminhado uma série de reformas estruturantes. Mas não o fez. Já o governo de Dilma Rousseff, desde sua primeira gestão, cometeu uma série de erros. Também não realizou reformas e falhou gravemente em termos de políticas macroeconômicas. Não se fazem milagres com subsídio ou facilitação de crédito para alguns setores. A tal da “Nova Matriz Econômica” foi um verdadeiro desastre para a economia brasileira. O governo baixou juros na marra, aumentou o gasto público por meio do controle de preços administrados, especialmente com-

“Enquanto persistir essa luta política, dificilmente os grandes investidores vão tomar decisões relevantes em relação aos seus planos de negócios”



bustível e energia elétrica, e, ao invés de gerar crescimento, provocou a perda de confiança dos agentes econômicos. E o país, de fato, está pagando muito caro pelo erro de não ter feito as reformas, especialmente a previdenciária e a tributária. E Dilma também deu azar no contexto internacional, que mudou e desacelerou. Esses fatores, mais o impasse político, culminam na crise por que passa o país atualmente.

O senhor já avaliou um possível cenário de um governo pós- Dilma?

Eu diria que, sem dúvida, independentemente de questões políticas e ideológicas, a saída legal da presidente, por meio do impeachment, daria um ânimo novo para a economia. Porém, seria um ânimo transitório. Compararia isso, usando uma metáfora futebolística, à troca de um treinador de uma equipe de futebol: num primeiro momento, há certo entusiasmo, mas, se os problemas estruturais do time não forem resolvidos, ou seja, se as distorções da economia brasileira não forem equacionadas, este ânimo rapidamente se dissipa. Além dis-

so, é bom lembrar que existe uma parcela de políticos ligados ao vice-presidente Michel Temer que também está envolvida em denúncias de corrupção. Então é possível que essa crise política não se esgote imediatamente com a conclusão do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. O impasse pode até amainar, mas não vamos avançar sem colocar na agenda de discussões as reformas estruturais, insisto, especialmente a da Previdência e a tributária. A questão é saber se um eventual governo de Michel Temer encamparia essas reformas. Eu penso que não, pois se tratará de um governo de coalizão, para um curto período, que teria que fazer ajustes fiscais e mexer em variáveis impopulares. Acredito que poderemos prosseguir nos próximos dois anos numa certa letargia, aguardando 2018 e as novas eleições, para quem sabe ocorrer uma mudança, caso a sociedade brasileira tenha capacidade e maturidade de compreender que as reformas estruturais são essenciais para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

O senhor está dizendo que o impasse político seguirá até 2018?

Não sou especialista em política, mas entendo que um governo, para fazer mudanças, precisa de legitimidade e popularidade, coisas que dificilmente Temer terá. Será um governo de transição, que talvez se aproxime um pouco do que foi a gestão de Itamar Franco, com a diferença que o ex-presidente teve a sabedoria de preparar uma mudança estrutural na economia, que foi o Plano Real. Outro fator que a gente não pode esquecer, é que o PT, se Dilma Rousseff for retirada do poder, fará uma aguerrida resistência ao futuro governo, por meio dos movimentos sindicais e sociais que são ligados ao partido. Penso que haverá uma continuidade do impasse político, talvez num grau menor de disputa, mas é difícil imaginar que tenhamos uma finalização total desse processo. E, enquanto persistir essa luta política, dificilmente os grandes investidores vão tomar decisões relevantes em relação aos seus planos de negócios, porque há uma incerteza muito grande da economia. >>



Foto: Marilí Vieira/Sistema Ocepar

“Seria impensável grupos de pequenos produtores locais conseguirem o que conseguiram, se não estivessem organizados em cooperativas. O cooperativismo paranaense é um exemplo de grande sucesso”

Sem mudanças sistêmicas as distorções do modelo poderão prosseguir no futuro?

Sim. A sociedade brasileira precisa entender que sem resolver duas questões estruturais, o país não vai pra frente. A primeira é reverter o papel do Estado na economia, o seu tamanho, o seu padrão de financiamento, e a segunda é a construção de um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento, ao crescimento econômico. Hoje o nosso modelo é completamente limitador. A chave para o crescimento econômico do Brasil é a produtividade. É a inserção no cenário internacional. Esse é o caminho para o desenvolvimento. Do contrário, vamos continuar nesse voo de galinha, nesse processo de crise e na situação em que nos encontramos atualmente.

E qual seria o caminho para resolver essas questões estruturais?

Primeiro, é preciso ter uma agenda de curto prazo. O governo tem que voltar a fazer a gestão de política macroeconômica que deu certo não só no Brasil, mas no mundo. Uma política com a seriedade fiscal, com um ajuste fiscal, com um regime de metas de inflação comprometido com a estabilidade de preços e com a situação cambial sendo resolvida, sendo respeitada. É claro que isso vai implicar, no curto prazo, inclusive, na necessidade de corte de gastos. Mas, além de uma agenda de curto prazo, é necessário im-

plantar as reformas da Previdência e tributária, e fazer uma revisão do papel do Estado e também buscar a expansão da produtividade. Não é possível mais ter uma legislação trabalhista como a que vigora hoje no país, não podemos ter o produto brasileiro demorando mais tempo para desembaraço legal nos portos, em comparação a nossos competidores estrangeiros, e nem tampouco uma legislação tributária tão complexa e difícil de ser gerida pelos empresários. Sem dúvida, é uma agenda extensa de medidas a serem implantadas no curto prazo – políticas macroeconômicas –, e no longo prazo – as reformas estruturais.

Em relação à crise, chegamos ao limite ou ainda pode piorar? Os ganhos sociais obtidos nos últimos anos tendem a se evaporar por conta dos problemas atuais?

Acredito que a crise econômica chegou sim ao seu limite. Um aspecto importante, que tende a melhorar um pouco a economia, é que a inflação já começa a ceder, até por conta de não ocorrerem reajustes nos preços administrados, como tivemos em 2015. Em termos de redução de PIB, taxa de desemprego, o pico será em 2016, com a economia começando a dar algumas respostas, mas isso está profundamente dependente da questão política. Se tivermos um problema político ainda maior, a crise pode sim se aprofundar. Em relação aos ganhos sociais, sem

dúvida já há uma perda bastante considerável. Os salários reais já estão diminuindo, os ganhos reais de alguns programas, como o Bolsa Família, também estão sendo reduzidos. Evaporar completamente só acontecerá se essa crise continuar por mais tempo. Acredito que é muito difícil, seja qual for o governo, que ocorram cortes muito abruptos nos recursos destinados a programas sociais como, por exemplo, o Bolsa Família. O que ocorre é uma perda de valor, em termos reais, pelo efeito da inflação.

Qual sua percepção sobre o cooperativismo?

Eu penso que o cooperativismo no Paraná é um caso de sucesso. Por exemplo, no setor agropecuário, o cooperativismo é uma forma de organização da atividade produtiva que consegue congrega as vantagens dos pequenos produtores, da pequena e média produção, com escala de organização de uma multinacional, com escala global. Para competir em escala global, nos mercados de commodities, sem dúvida o cooperativismo foi a forma adequada de inserção internacional. Seria impensável grupos de pequenos produtores locais conseguirem o que conseguiram, se não estivessem organizados em cooperativas. O cooperativismo paranaense é um exemplo de grande sucesso.

O senhor é otimista quanto ao futuro?

O Brasil é um país onde, mesmo com tudo podendo dar errado, acaba dando certo, por essa capacidade que temos de reagir. Agora, existe uma questão de representatividade e de estabilidade política que nós deveríamos repensar. O modelo tem que ser repensado. O presidencialismo de coalizão chegou ao limite. Mas sou muito otimista e penso que o Brasil tem tudo para dar certo. À medida que a gente se conscientizar e tiver maturidade para entender que o jogo mundial é o jogo da produtividade e da eficiência, iniciaremos uma trajetória de crescimento mais forte. 🇧🇷

ESCOLHA SABOR E ECONOMIA



Margarinas Coamo. A receita da economia e do sabor.

É bom poder escolher. Por isso, escolha sabor e qualidade com economia. Escolha o melhor para sua família, fique com as margarinas Coamo, saborosas e com origem.

COAMO
Produzindo Alimentos

ALIMENTOS
Coamo
É de casa, pode confiar.

Incertezas e preocupações

O impasse político concentra atenções no país, travando a agenda no Congresso e dificultando a retomada do crescimento da economia. Dirigentes cooperativistas e especialistas avaliam com apreensão a conjuntura atual do Brasil

Texto: Ricardo Rossi

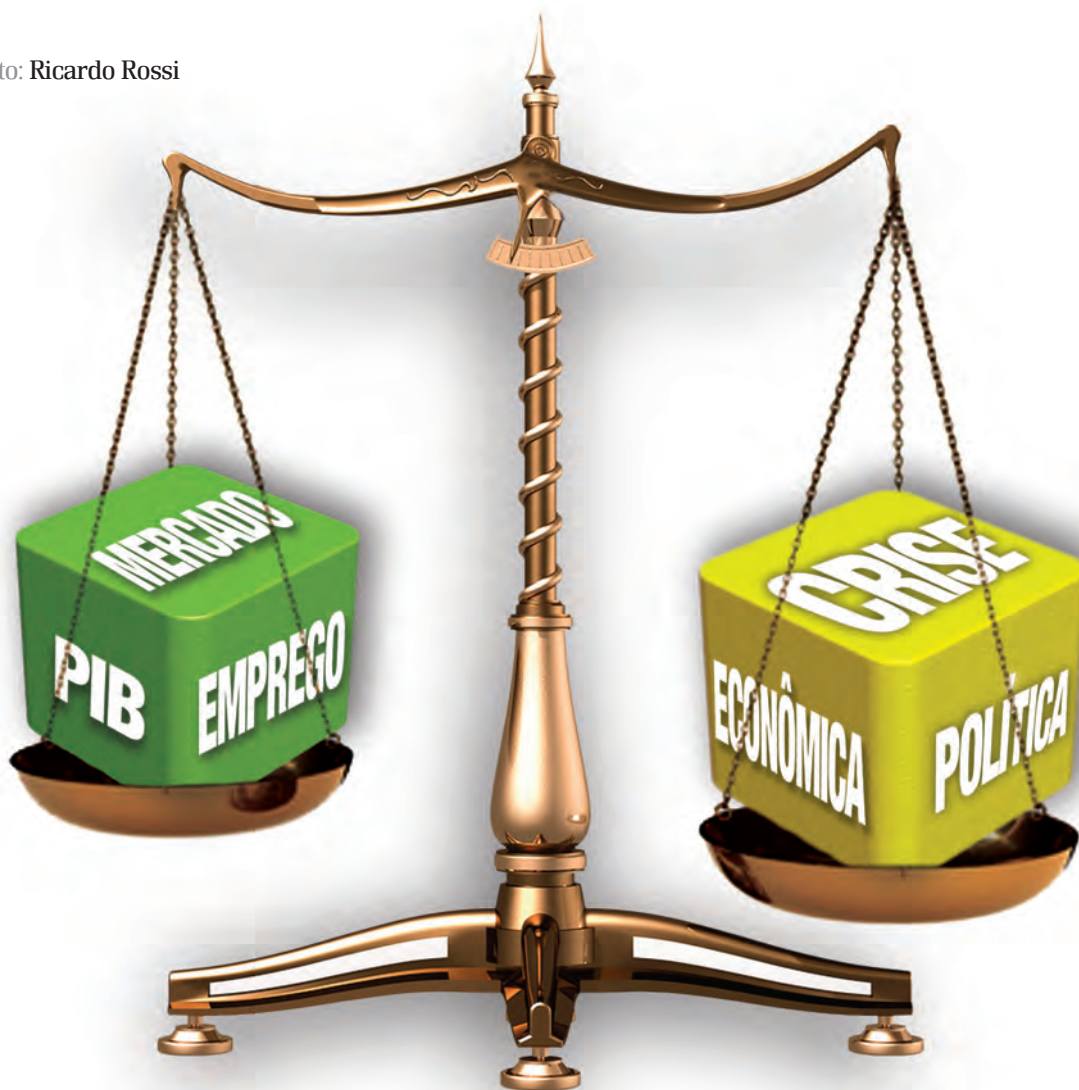


Foto: Arquivo Graf Digital

As incertezas políticas afetam diretamente a economia do país. Enquanto persistir o impasse e a disputa em torno do impeachment da presidente Dilma Rousseff, há poucas possibilidades de uma retomada do crescimento. Essa é a percepção de analistas e dirigentes do cooperativismo sobre a crise política e econômica que empurrou o Brasil para a recessão e que traz inúmeras interrogações sobre o futuro. A conjuntura de retração começa a colocar em xeque também o desempenho de setores que pareciam imunes à desaceleração, dentre eles a agropecuária, que mantinha indicadores de forte expansão, mesmo em meio às turbulências do período. Não existem dúvidas sobre a capacidade do país de superar as dificuldades e reencontrar o caminho do crescimento sustentável, mas a letargia causada pelo impasse político gera preocupação e apreensão. Mudanças estruturais essenciais – que sucessivos governos não foram capazes de realizar, como a reforma política e a tributária – culminaram no cenário atual de polarização e disputa. Em meio ao fogo cruzado, os setores produtivos cobram soluções de uma classe política abalada por graves denúncias de corrupção, enquanto sofrem os impactos da crise que coloca em risco empregos, reduz a renda e as perspectivas de desenvolvimento. Esse é o cenário que caracteriza o Brasil nesses primeiros meses de 2016. Previsões a longo e médio prazo parecem incertas, quando a cada dia e semana surgem novidades no xadrez político que se desenrola em Brasília.

Para o economista Juan Jensen, sócio da 4E Consultoria, a principal questão relacionada aos problemas econômicos do país diz respeito à política fiscal. “Ao longo dos últimos anos, tivemos um movimento muito expansivo em termos de gastos e a conjuntura atual tem provocado

“O fundamental no curto prazo, depois que passar todo esse embate político que estamos vivenciando, é o governo voltar a priorizar o ajuste fiscal”

Juan Jensen
Economista

uma frustração de receita. Enquanto o Brasil não recuperar a capacidade de gerar superávit e inverter a dinâmica da dívida pública, dificilmente a gente sai do buraco atual, em termos de confiança e nível de atividade econômica”, afirma. “O fundamental no curto prazo, depois que passar todo esse embate político que estamos vivenciando, é o governo voltar a priorizar o ajuste fiscal”, ressalta.

Segundo Jensen, o governo federal está lutando para sobreviver e a disputa política impede que a agenda econômica entre de forma prioritária na pauta do Congresso Nacional. “O ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, assumiu o cargo em dezembro passado com prioridades diferentes de seu antecessor, Joaquim Levy, tentando trabalhar com matérias mais relacionadas a questões estruturais, como a reforma da Previdência. Mas, nesse ambiente de polarização, ele (o ministro) não consegue avançar”, avalia.

De acordo com Jensen, a eco-

nomia continua recuando e a expectativa é que nos próximos meses ainda seguirá em queda. “O pior momento em termos de nível de atividade econômica deverá acontecer dentro de três a quatro meses. No decorrer do segundo semestre, é possível que haja uma estabilização, na qual setores que estão respondendo positivamente à questão cambial e a conjuntura externa passam a ser preponderantes em relação àqueles que têm apresentado baixa, alavancando a recuperação da economia. Mas será uma melhora tênue, porque os problemas fundamentais, principalmente do quadro fiscal público, estão longe de serem resolvidos”.

Câmbio

Conforme o economista, as oscilações do dólar também estão sendo influenciadas pelo “calor dos debates políticos”. “Entendo que esse movimento de apreciação do real é temporário, um oba-oba de mercado, e não há fundamento para essa >>



Foto: Beto Oliveira/AgCam

Guerra política trava pauta no Legislativo e o impasse impede que medidas importantes para a retomada da economia sejam discutidas e votadas pelos congressistas

flutuação. Penso que, mesmo que ocorra o impeachment, o real voltará a se depreciar. Estimo um dólar um pouco acima de R\$ 4 no fim do ano". Segundo Jensen, a tendência de alta do dólar traz mais ânimo ao agronegócio, que teria sua rentabilidade garantida mais uma vez em função do câmbio favorável. "A agropecuária brasileira é um dos poucos segmentos com trajetória de crescimento nos dias de hoje. No geral, o PIB (Produto Interno Bruto) deve recuar 3,4% em 2016", estima. Quanto à inflação, o economista avalia que o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) fechará 2016 em 7,5%.

Jensen acredita que o agronegócio tem condições de superar a crise com menos impactos que outros setores, tais como a indústria de bens duráveis, que sofrem perdas superiores à queda do PIB. "Ocorre que o Brasil está em crise, mas o mundo não. E as vantagens naturais e competitivas da agropecuária fazem do setor um dos mais dinâmicos e que, certamente, vai contribuir para tirar o país da adversidade atual. Entendo que o agronegócio deve manter seus planos de investimento", sugere.

Além da questão cambial, em específico para o ramo agropecuário, existem as variáveis clima e preços das commodities a serem consideradas. "Segundo os meteo-

rologistas, o ano será de transição climática e início do fenômeno la niña, caracterizado por chuvas mal distribuídas e abaixo da média. Se confirmado, poderá ser mais um fator de preocupação para a próxima safra de verão", avalia o coordenador técnico e econômico da Ocepar, Robson Mafioletti. O setor acompanha o plantio da safra norte-americana, indicando redução nas áreas de cultivo de soja e milho. "Como os estoques mundiais estão elevados, os preços internacionais seguem baixos. Uma eventual redução na produção nos EUA pressiona a alta

da cotação das commodities. Uma perspectiva de ajuste nos estoques mundiais traz consigo um preço mais favorável", explica. Segundo Mafioletti, em março houve reação no preço da soja, que situava-se na Bolsa de Chicago em US\$ 8,60 por bushel, subindo para cotação oscilante entre US\$ 9,10 e US\$ 9,20. "Mesmo com a leve alta, para o Brasil, o câmbio favorável segue sendo fundamental para manter a rentabilidade no campo", enfatiza.

Outro ponto de preocupação diz respeito às políticas do governo federal de financiamento para custeio e investimento, que podem sofrer cortes por conta da crise econômica. "Estamos em meio às tratativas para o Plano Safra, com expectativa de ampliação e manutenção de recursos para linhas importantes de custo agropecuário, como o Prodecoop, Moderagro, Procap-Agro, entre outros. Uma retração nessas políticas traria reflexos diretos à atividade agropecuária em todo o país", observa Mafioletti.

Confiança

Sintetizando as incertezas do setor cooperativista, a OCB – Orga-



Foto: Marcelo Carmargo/ABR

PIB deve manter-se negativo em 2016, mas inflação tende a se estabilizar no decorrer do ano, acima da meta do governo, em aproximadamente 7,5%

nização das Cooperativas Brasileiras – divulgou nota tornando pública a preocupação com “os rumos da política e da economia nacional”. A entidade reconhece que o momento é marcado por divergências políticas e denúncias que “deixam o país desacreditado diante de seu povo e do mundo todo, sem perspectivas de crescimento econômico”. A nota segue conclamando o país para a união, resgatando o “sentimento de confiança em tempos melhores”. “Nós, cooperativistas, integrantes de um movimento social organizado, enxergamos a necessidade de uma rápida solução para a atual paralisa decisória, tendo como referência o respeito à Constituição Federal. O momento exige serenidade, responsabilidade e celeridade. Temos convicção de que a verdadeira resposta que o nosso povo deseja está ligada ao fortalecimento de valores éticos, boas práticas de gestão e governança, transparência e respeito às pessoas”, ressalta a nota intitulada “Cooperativismo – confiante em um Brasil mais forte”.

Paraná

O Sistema Ocepar posiciona-se pelo fim do impasse político que está paralisando o país, em busca de um consenso que fortaleça a governabilidade, respeitando a Constituição Federal, dando condições para que a economia possa retomar seu crescimento. “As cooperativas do Paraná estimam investir mais de R\$ 2 bilhões em 2016. Porém, em função das divergências políticas, o cenário é de incertezas quanto às perspectivas para o setor. Precisamos com urgência resgatar a confiança e a credibilidade na economia brasileira”, afirma o superintendente José Roberto Ricken.

Na opinião do presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, o momento político é muito delicado. No entanto, é preciso estar atento ao respeito às regras constitucionais que regem a con-



Embarque de farelo de soja no Porto de Paranaguá: oscilação do câmbio pode prejudicar rentabilidade da agropecuária brasileira, que tem “escapado” de impactos mais extremos da crise econômica

dução dos destinos da nação. “Deve prevalecer o interesse da coletividade, com bom senso e serenidade observando o processo legal, em consonância com a Constituição de 1988. Assim será possível restaurar a ética em todos os segmentos do país, sobretudo nas nossas instituições”, afirma.


Para o presidente, caso haja necessidade de alteração no comando dos destinos do país, “que seja de forma democrática, com amparo jurídico e constitucional”. “Tudo o que vier a ser decidido deve ter como norte, não o interesse de agremiações políticas ou grupos, mas os destinos da Nação para assegurar o progresso, com ordem e o envolvimento de toda a sociedade”, enfatiza.

Cooperativas

Em todos os ramos do cooperativismo, prevalece a incerteza quanto ao desempenho da economia e o encaminhamento de demandas importantes no Congresso. “Estamos muito preocupados com o país, que está estagnado. O setor de transportes aguarda a apreciação e votação de projetos e complementos de lei, em questões que dizem respeito tanto ao recadastramento de caminhões como no aspecto tributário das cooperativas”, explica o presidente da Coopercaf, Dorival

Bartzike. “Não sabemos se haverá ou não impeachment, mas alguém precisa fazer esse país andar”, desabafa.

Segundo o presidente da Unimed Paraná, Paulo Roberto Fernandes Faria, a palavra-chave em 2016 é cautela. “Desde o início do segundo semestre de 2015, a gente vem acompanhando os relatórios sobre os cenários macroeconômicos e políticos. A situação é complicada, agravada pelas incertezas políticas”, avalia. “Pensamos que a retomada da economia só acontecerá a partir de 2018. Muitas empresas estão retirando benefícios aos colaboradores, e isso inclui planos de saúde, o que nos preocupa muito”, afirma.

Na opinião do presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini, a oscilação do câmbio é um fator preocupante que pode reduzir a rentabilidade no campo. “Estamos sentindo os reflexos da crise, com menor venda de produtos alimentícios, e a queda do dólar repercutiu muito no preço da soja e no milho na exportação”, observa. “O ano de 2016 não está tão bonito quanto 2015, e é possível que não tenhamos o mesmo desempenho em termos de volume e faturamento, mas precisamos aguardar mais. A crise política atrapalha muito e dificulta a retomada da economia”, conclui. 

No meio do caminho, a crise

Há consenso de que é necessário reinstaurar um ambiente econômico e político equilibrado para que o país retome o caminho do desenvolvimento

Texto: **Silvio Oricolli**

Os reflexos da crise política e econômica que têm resultado no aumento do custo de vida, na elevação do nível de desemprego e, conseqüentemente, na queda acentuada do consumo e da produção de bens e serviços, pontuam um horizonte nada animador para o país. Até a agropecuária, com desempenho positivo no ano passado, devido principalmente à valorização do dólar, preocupa-se com o panorama que se agravou em 2015. Segundo líderes de vários segmentos da economia paranaense, para se criar ambiente favorável aos negócios e

restabelecimento do caminho do crescimento e da geração de riquezas é preciso adotar mecanismos de incentivo à retomada da atividade econômica, como a reforma tributária.

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio PR), Darci Piana, os problemas atuais do comércio paranaense são reflexos da retração de 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2015. "O comércio enfrenta uma queda que chega a 10% em relação a 2014, prejudicando o planejamento financeiro,

o caixa e as previsões de compra e venda para os próximos meses. A diminuição da carga tributária é urgente, assim como o estabelecimento de uma política de incentivo à atividade econômica, sem as quais a retração tende a piorar neste ano", pontua.

Na avaliação de Antonio Miguel Espolador Neto, presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP), "uma das principais razões para a insatisfação generalizada é a falta de governo, especialmente na esfera federal, hoje marcada pela incapacidade de apresentar um projeto afirmativo destinado a traçar diretrizes seguras de política econômica que sirvam de norte para aqueles que se dedicam à produção de riquezas, geração de empregos e renda para o país".

Foto: Gilson Abreu/Fecomércio



Piana: "O comércio enfrenta uma queda que chega a 10% em relação a 2014"

Foto: Fernando Santos/Faep



Meneguette: "Não tem como a agropecuária não sofrer os reflexos disso, assim como toda a sociedade"

O presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (Faciap), Guido Bresolin Junior, diz que o maior dos problemas do Brasil atualmente é a incerteza política e econômica, refletida na taxa de câmbio e na desvalorização do real frente a outras moedas. “O nosso setor também enfrenta a alta carga de tributos, que incide sobre o consumo e a renda, e a infraestrutura pobre em rodovias, ferrovias e aeroportos, entre outros. Para enfrentar a situação, deve ser feito um pacto pelo Brasil e pelo Paraná, que permita a governabilidade, com a revisão dos planos orçamentários em base zero para readquirir a capacidade financeira e de investimento”, defende.

Menos pior

Para o presidente das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná (Fetranspar), Sérgio Malucelli, “os fretes defasados, juros altos e a recessão fazem com que o transporte seja diretamente prejudicado. Se a indústria não produz, não temos o que transportar. O comércio, além de reduzir a oferta, não tem procura pela falta de crédito e o cidadão não tem dinheiro”. Por isso, houve redução de 38% na renovação da frota no Paraná. “Em nosso estado, ainda temos a dívida do agronegócio, que irá absorver um pouco a crise que atinge o empresário de transporte. Temos que realinhar a economia, que depende da solução política que, a nosso ver, hoje está se tornando insustentável”, destaca.

“No cenário nacional vivemos um momento de muita instabilidade política, econômica e moral e não tem como a agropecuária não sofrer os reflexos disso, assim como toda a sociedade. Vivemos o risco de um impasse institucional imposto pelo governo e que está paralisando o país. Investimentos públicos e privados, tramitação de projetos, tudo

congela à espera de uma solução que parece, ainda, distante”, analisa o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Ágide Meneguette.

Meneguette diz que, economicamente, os reflexos ainda não chegaram aos produtores, porque as commodities são cotadas em dólar. Alerta, porém, que “estão sofrendo do mesmo jeito, pois seus custos de produção aumentaram. O agronegócio vai continuar sendo o carro chefe nas exportações por muitos anos, uma vez que o mundo precisa comer e para isso o último recurso cortado se destina à compra de alimentos. Mas, precisamos nos desenvolver para continuarmos competitivos”.

Impacto maior

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, afirma que a indústria, que por diversos fatores já vinha perdendo competitividade ano a ano, tem sido a mais impactada pela crise, ao lembrar que, em 2015, o PIB da indústria de transformação brasileira despencou 9,7%. No estado, o faturamento da indústria caiu 8,44%, mostra pesquisa de vendas industriais da Fiep, o pior desempenho dos últimos 12 anos. “O Paraná foi o sexto estado que mais demitiu em 2015, com 75,5 mil trabalhadores dispensados, dos quais 63 mil foram na indústria”.

Campagnolo diz que o quadro desfavorável será revertido, no curto prazo, “com ações e medidas que restaurem a confiança de empresários, investidores e consumidores e possibilitem a retomada da atividade econômica do país. Mas é preciso aproveitar o momento para discutir, com seriedade e profundidade, as reformas e criar ambiente mais favorável aos negócios, garantindo desenvolvimento econômico e social sustentado para o Brasil”. 🇧🇷

Foto: Gelisch Bampi/Fiep



Campagnolo: “O Paraná foi o sexto estado que mais demitiu em 2015, com 75,5 mil trabalhadores dispensados”

Foto: Divulgação/ACP



Espolador Neto: “Uma das principais razões para a insatisfação generalizada é a falta de governo”

Foto: Daniel Sorrentino/Fetranspar



Malucelli: “Em nosso estado, ainda temos a dívida do agronegócio, o que irá absorver um pouco a crise”

Foto: Divulgação/Faciap



Bresolin Junior: “Deve ser feito um pacto pelo Brasil e pelo Paraná, que permita a governabilidade”

Revisão de rumos e confiança

Dirigentes de cooperativas do Paraná avaliam o atual cenário econômico e político do país



Foto: Assessoria Sistema Ocepar

“ É uma situação de muita preocupação e incerteza, e há um descontentamento da população, e isso foi demonstrado nas ruas. Em Londrina houve uma mobilização inédita, mostrando que a população está insatisfeita com o que está acontecendo. Esperamos que haja um novo rumo para que a questão de incerteza política e econômica vá se ajustando e se alinhando. Essa é a expectativa que temos. Que recuperemos a credibilidade e a confiança no dia de amanhã, para que a gente possa trabalhar com mais tranquilidade. Hoje, fica difícil planejar como será o amanhã. Sou otimista e acredito que vamos sair melhores desse processo, em que a população está dizendo basta! Acredito que teremos instituições mais fortalecidas. O Brasil deverá mudar para melhor, e a postura dos políticos será diferente daqui para frente. Acredito que o país terá um grande avanço quando superar esse momento de impasse e incertezas. ”

Jorge Hashimoto
Presidente da Integrada Cooperativa Agroindustrial

“ O que vemos no Brasil, em relação à administração pública como um todo, é uma bagunça. Corrupção, carga tributária cada vez mais pesada, inchaço da máquina pública, entre outros sérios problemas. Isso tudo chegou a um ponto extremo. É preciso um ajuste geral, especialmente na legislação, que não é compatível com o Brasil de hoje. Tem que ocorrer uma revisão geral, independente de quem sejam os administradores do país, que precisam pensar de forma diferente, e não só atuarem em busca de votos. A população está se manifestando, porque as pessoas não aguentam mais e veem que não existem iniciativas proativas. A visão social é importante, mas o social só se viabiliza quando a área econômica caminha bem. Se não estruturar a economia haverá dificuldades cada vez maiores para se realizar o social. Passou da hora do Poder Público rever seus conceitos, enxugar a máquina e ajustar-se às demandas da população. ”

Ricardo Chapla
Presidente da Cooperativa Agroindustrial Copagril

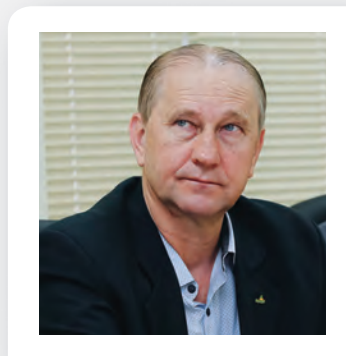


Foto: Assessoria Sistema Ocepar

“ A população clama pela regularização de uma situação que hoje está incontrolável politicamente. Como consequência a economia está parada, gerando desemprego e descontentamento em todos os setores da sociedade. O movimento que os brasileiros estão fazendo é necessário, pedindo que sejam apuradas todas as irregularidades e falcatruas que existem na política e que haja a punição dos verdadeiros culpados. É preciso acabar com essa corrupção instalada há séculos no país. A definição de uma saída para a crise política pode trazer um novo ambiente para que possamos trabalhar com uma visão de futuro e um norte bastante claro. Hoje, a situação está muito complexa e isso precisa mudar, pois o brasileiro não aguenta mais. Trata-se de restabelecer a confiança, para que a economia do país possa reagir e retomar o crescimento. ”

Marino Delgado
Presidente do Sicoob Central Unicoob

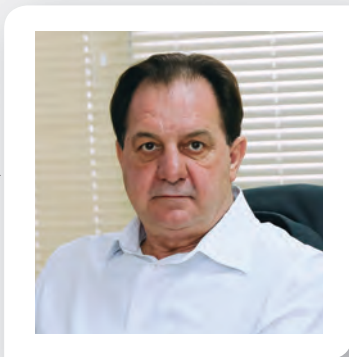


Foto: Assessoria Sistema Ocepar



“ Estamos vivendo um momento bastante complicado no Brasil, em função dessa crise de confiança e ética, que está interferindo na economia nacional. A população brasileira quer um país diferente, sem corrupção, mais ético, e que tenha condições de gerar confiança e credibilidade, incentivando novos investimentos por parte do setor produtivo. Enquanto estivermos nesse impasse político, cessam os investimentos e isso é péssimo para o país. Só mudaremos o Brasil se reconquistarmos a confiança e termos governos mais éticos. Essa crise política impede que consigamos sair da recessão econômica, que é afetada diretamente pela política. Até mesmo setores que estavam sofrendo menos com a crise, como a agropecuária, já começam a sentir os efeitos da recessão. Reafirmo a necessidade do pleno restabelecimento da confiança na condução da economia do Brasil, para atrair novos investimentos e retomarmos o crescimento. ”

Jaime Basso

Presidente do Sicredi Vale do Piquiri

“ Estamos sentindo os reflexos da crise, com menor venda de produtos alimentícios, e a queda do dólar repercutiu muito no preço da soja e no milho na exportação. No ano passado, o sucesso da agropecuária foi alavancado pelo dólar em alta, em torno de R\$ 4, e agora, em março, tem oscilado próximo a R\$ 3,60. É um fator que nos preocupa e está reduzindo muito o preço dos produtos. Quanto ao clima, o excesso de chuvas prejudicou a safra de verão e também atrasou o plantio de milho safrinha. O ano de 2016 não está tão bonito quanto 2015, e é possível que não tenhamos o mesmo desempenho em termos de volume e faturamento, mas precisamos aguardar mais. Acreditamos que mudanças no país são necessárias, pois, se ficar como está, não se administra a nação. A crise política atrapalha muito e dificulta a retomada da economia. Mas a Coamo seguirá com os investimentos previstos de R\$ 1 bilhão nos próximos quatro anos, mas sempre de forma planejada e com os pés no chão. ”

José Aroldo Gallassini

Presidente da Coamo Agroindustrial Cooperativa



“ Estamos muito preocupados com o país, que está estagnado. O setor de transportes aguarda a apreciação e votação de projetos e complementos de lei, em questões que dizem respeito tanto ao recadastramento de caminhões como no aspecto tributário das cooperativas do ramo, mas o Congresso está travado. Não sabemos se haverá ou não impeachment, no entanto alguém precisa fazer esse país andar. Na Coopercaf, temos uma meta para 2016, mas essas incertezas políticas e a recessão econômica colocam em risco nossas expectativas de crescimento. A situação está complicada, os fretes internacionais, uma das áreas em que atuamos, estão parados. Em 2015 tivemos um faturamento de R\$ 17,5 milhões, um recorde na história da cooperativa, com crescimento de 31% e temos como previsão chegar a R\$ 20 milhões em 2016, mas estamos inseguros diante de tanta turbulência política. ”

Dorival Bartzike

Presidente da Coopercaf

“ Como em outras atividades econômicas, a crise de confiança vivida pelo país tem reflexos também sobre as cooperativas. Há uma instabilidade muito grande em termos econômicos porque se projeta uma venda de soja com dólar a R\$ 4, mas um movimento de mudança mais forte no governo acaba influenciando no câmbio com reflexos na rentabilidade da soja. Na verdade, foram feitas compras antecipadas de fertilizantes baseadas em câmbio em torno de R\$ 4. Sabemos que se o país passar por uma transformação pode haver queda no valor do dólar, o que influirá não só na compra de insumos, mas também no resultado das exportações. Então, ficamos na dependência do que vai acontecer nos próximos meses. A situação da cooperativa, junto com os seus cooperados, é razoavelmente confortável em termos de rentabilidade na atividade agrícola. Ainda é muito cedo, mas imaginamos crescer neste ano entre 10% e 12% em faturamento em relação a 2015. ”

Renato Greidanus

Presidente da Frisia Cooperativa Agroindustrial





Foto: Assessoria C.Vale

“ Neste cenário, o que está ajudando, no momento, é a valorização do milho. E isso ocorre não pela alta do dólar, mas pela falta do produto, pois o Brasil exportou acima do previsto, o que poderá afetar seriamente, e até quebrar, empresas que não têm o produto, que será muito disputado no mercado. Teremos problemas com a agroindústria de transformação do milho e soja em carnes. Porque a matéria prima também será disputada por empresas de outras regiões. Por isso, não podemos nem pensar em geadas, pois será o caos, que poderá resultar na redução do alojamento de pintinhos, da produção de leitões e do número de matrizes. Se o governo tivesse controlado as exportações, estabelecido uma política de aquisição da produção, teríamos milho em estoque no país e não passaríamos por isso. Apesar das dificuldades diante do custo do dinheiro, a C. Vale prevê crescer 31% neste ano, chegando aos R\$ 7,7 bilhões, com a entrada do Rio Grande do Sul e as ampliações em outras regiões. ”

Alfredo Lang

Presidente da C. Vale Cooperativa Agroindustrial

“ Temos um caminho duro pela frente. Muito em função do dólar, o agronegócio tem resistido. Mesmo com a queda das cotações das commodities na Bolsa de Chicago, os preços mantiveram-se remuneradores aos produtores brasileiros. Mas o dólar está enfraquecendo e não sabemos qual o limite dessa depreciação, que pode trazer problemas ao setor. O que preocupa é que precisamos ter uma luz no fim do túnel, ter uma perspectiva até mesmo para que possamos direcionar os investimentos. E a Cocamar tem investido bastante, principalmente em infraestrutura, para atender aos cooperados. Apesar do tamanho da crise econômica e da turbulência política, projetamos para o ano de 2016 um crescimento nos resultados da cooperativa. A preocupação daqui para frente diz respeito à cotação do dólar, que definirá se teremos alta no faturamento e boa rentabilidade ao produtor. ”

Luiz Lourenço

Presidente do Conselho de Administração da Cocamar Cooperativa Agroindustrial



Foto: Assessoria Sistema Ocepar

“ Não temos nenhuma certeza em relação à política econômica, não temos nada de evolução em política agrícola, não temos um seguro rural decente, não temos uma política de preços mínimos que dê o equilíbrio de retorno ao produtor, e não existe horizonte de médio e longo prazo no que diz respeito a crédito rural e plano de safra. É como estamos no Brasil hoje. Quando existem flutuações de câmbio, por exemplo, isso afeta diretamente a renda bruta do produtor. A Bom Jesus, em seus 64 anos de atividades, já passou por muitas crises e sobreviveu de forma eficiente. É preciso atuar sempre com mais cautela no que diz respeito a investimento, cuidar do grau do endividamento e manter a liquidez para ter condição de enfrentar as crises que surgirem. Também é necessário cuidar da gestão estratégica, reduzir custos, para ter uma cooperativa mais competitiva, respondendo à crise com capitalização e produtividade. ”

Luiz Roberto Baggio

Presidente da Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus



Foto: Assessoria Sistema Ocepar

“ Desde o início do segundo semestre de 2015, a gente vem acompanhando os relatórios das empresas que trabalham analisando esses cenários macroeconômicos e políticos, e estamos preocupados. Análise do Banco Mundial, em junho, dizia que o Brasil iria ter um crescimento muito pequeno em 2016, de menos de 1%. Porém, na análise em outubro do FMI, a previsão é de que o Brasil iria ter retração em sua economia, com o PIB caindo 1%. Em janeiro, em nova análise do FMI, a estimativa era uma queda do PIB em 2,7%, e agora já estão falando em 3,5%. A situação é preocupante, agravadas pelas incertezas políticas. No Paraná, em 2015, a nossa cooperativa cresceu em número de beneficiários. Para 2016, a palavra-chave é prudência. Pensamos que será um ano difícil, assim como 2017, com a retomada acontecendo a partir de 2018. Muitas empresas estão retirando benefícios dos colaboradores, e isso inclui planos de saúde, o que nos preocupa muito. ”

Paulo Roberto Fernandes Faria

Presidente da Unimed Paraná



Foto: Assessoria Sistema Ocepar

Prazo do CAR vence em 5 de maio



Quem ainda não fez o registro de sua propriedade no Cadastro Ambiental Rural (CAR), deve ficar atento. O prazo para inscrição termina no dia 5 de maio e, mesmo com pedidos para uma nova prorrogação, o governo federal não deu sinais de que irá novamente alongar a data.

O CAR é um registro público eletrônico e obrigatório, no qual devem constar todas as informações ambientais das propriedades e posses rurais. O prazo para inscrição já foi prorrogado uma vez e mesmo assim o número de inscrições ainda é considerado baixo. No Paraná, o Instituto Ambiental do Paraná divulgou um levantamento em que mostra bem a situação. Na ocasião, faltando pouco menos de 50 dias para o encerramento do prazo, o estado possuía 218 mil propriedades inseridas no sistema, o que corresponde a 41% dos imóveis passíveis de cadastro.

O Paraná é o terceiro do Brasil em número de propriedades rurais, com 532 mil unidades, conforme levantamento feito em 2012 pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). "Quanto mais os proprietários deixarem para

Sem o cadastro, não será possível fazer consolidação de áreas em APPs e Reserva Legal (RL), e haverá perdas de benefícios, como a suspensão de multas administrativas e acesso a linhas de financiamento

o fim do prazo, mais dificuldades podem surgir nos cadastramentos. Além do risco de perder o prazo e os benefícios previstos na lei, eles poderão enfrentar um sistema congestionado, já que ele é nacional e obrigatório", alerta o presidente do IAP, Luiz Tarcísio Mossato Pinto.

Perda de benefícios

Após o prazo final estabelecido pelo Novo Código Florestal, os cadastros poderão ser realizados no sistema, porém, quem deixar para depois perderá alguns benefícios, como a possibilidade de continuar utilizando áreas consolidadas, de computar Áreas de Preservação Permanentes com parte da Reserva Legal do imóvel e para obter licenciamento ambiental.

O secretário estadual da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara, alerta os produtores rurais que a partir de 2017 os donos de terras não conseguirão acessar as linhas de crédito rural para financiar o custeio, comercialização e investimentos nas propriedades, caso não façam o cadastramento no prazo fixado.

Os produtores também terão dificuldades para acessar linhas importantes de crédito para o desenvolvimento agropecuário com taxas de juros subvencionadas pelo Tesouro Nacional, como as do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), do Pronamp (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural), do Moderfrota (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras) entre outras. "Outra dificuldade será nas transações de imóveis rurais nos processos de transmissão junto aos cartórios", alerta Ortigara. 🌱

Como fazer

Assim como o imposto de renda, o CAR é uma informação declaratória de responsabilidade dos proprietários rurais, que poderão fazer o cadastro diretamente no site www.car.gov.br.

Apoio

Os proprietários e posseiros rurais que tiverem dúvidas podem entrar em contato com entidades parceiras que auxiliam gratuitamente no cadastramento. Entre elas estão a Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento, Emater, sindicatos rurais, Faep, Fetaep, Ocepar, Fetraf, Incra e prefeituras.



Câmbio sustenta preço ao produtor

Foto: Jonas Oliveira/ ANP



Com mercado abastecido, cotação internacional, principalmente da soja, não reage, mesmo assim dólar assegura boa remuneração em reais ao setor agrícola

Texto: Sílvio Oricolli

O produtor brasileiro da soja não tem do que reclamar do atual valor recebido pela oleaginosa. Segundo o gerente técnico e econômico do Sistema Ocepar, Flávio Turra, em meados de março, o preço da tonelada exportada estava em US\$ 323, "o que representa uma boa remuneração em reais". E esclarece que o preço é sustentado mais pela taxa de câmbio do que pela lei da oferta e procura. Segundo ele, a produção mundial está estimada em

320 milhões de toneladas, enquanto a demanda é de 317 milhões de toneladas. Com isso, o estoque de passagem que estava em 77 milhões de toneladas em 2014/15 deve se situar em 79 milhões de toneladas no atual período. "Os estoques mundiais estão em níveis normais, considerando a média histórica", comenta.

Turra diz ainda que a decisão dos agricultores norte-americanos em reter o produto à espera de reação do mercado beneficia o Brasil,

que eleva os embarques e se favorece do resultado das vendas externas em reais. Os principais mercados brasileiros são a China, para onde, em 2015, foram embarcados 40,9 milhões de toneladas da oleaginosa em grãos, ou seja, quase 76% dos 54 milhões de toneladas exportados, enquanto a Holanda é o maior comprador de farelo, ao importar 3,1 milhões de toneladas dos 14,8 milhões de toneladas do produto vendidos ao mercado externo, e a Índia, que

comprou 815 mil toneladas de 1,7 milhão de toneladas de óleo de soja exportados no ano passado.

Há, no entanto, que se considerar o surgimento de dois fatores que podem resultar numa mexida positiva no mercado internacional: a estimativa de que a redução do plantio de soja na safra norte-americana norte-americana 2016/17, cujo plantio começa em abril, tende a ser maior que a esperada. Isso porque há previsão de que o milho vai ganhar áreas da oleaginosa acima da projetada pelos Estados Unidos. Outro ponto que sinaliza alta na cotação do grão é a queda do dólar no mercado internacional. Os reflexos foram constatados na Bolsa de Chicago, nos pregões do dia 17 de março, quando a reação dos preços da soja contribuiu para fechar contratos acima de US\$ 9 por bushel. Consequentemente isso deverá contaminar o mercado físico, beneficiando os sojicultores brasileiros também.

Safra cheia

Segundo relatório sobre a safra 2015/16, divulgado em março pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Brasil deve produzir 101,18 milhões de toneladas de soja, 5,1% mais que os 96,23 milhões de toneladas colhidos no período anterior. "Praticamente, o que se produz de soja, se consome, ao se incluir aí o volume exportado", diz Turra, que informa que o estoque de passagem da oleaginosa no país é de 800 mil toneladas. Em meados de março, 50% dos 33,24 milhões de hectares plantados com soja tinham sido colhidos, frente aos 48% dos 32,09 milhões de hectares em igual período da safra passada.

No Paraná, com base em informações do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, 87% dos 5,3 milhões de hectares de soja já foram colhidos. A produção esperada é de 16,8 mi-

lhões de toneladas, 1% menos que os 17 milhões de toneladas da safra passada. A previsão era obter mais de 18 milhões de toneladas. Porém, o excesso de chuva afetou a produtividade das lavouras e a qualidade dos grãos. "Mas foram casos isolados", esclarece o gerente técnico e econômico da Ocepar. Em meados de março, em média, o agricultor recebeu R\$ 62,80 pela saca de 60 quilos, 6,62% acima dos R\$ 58,90 pagos em igual período de 2015.

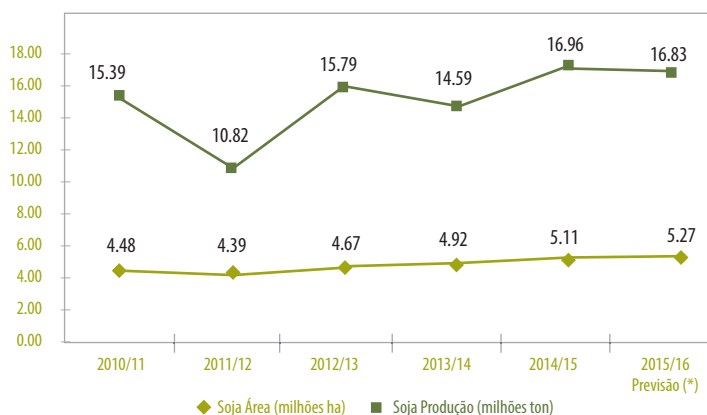
Turra destaca que a soja é a principal cultura agrícola do estado, respondendo por 53% dos 9,75

milhões de hectares destinados à produção de grãos. E a produção de 17,8 milhões de toneladas da oleaginosa corresponde a 44% da safra de grãos do Paraná, de 38 milhões de toneladas. A produtividade média no Paraná é de 3,2 toneladas por hectare.

Bom momento

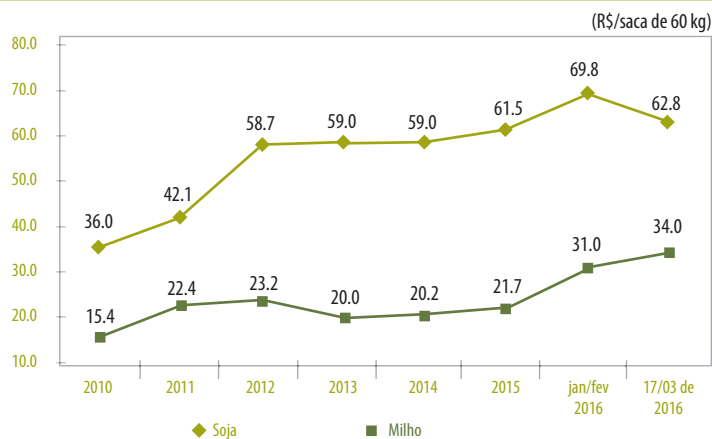
O coordenador técnico e econômico do Sistema Ocepar, Robson Mafioletti, concorda que o ano tem sido favorável à safra de verão do Paraná, como consequência do bom momento vivido pelo agrone- >>

Evolução da área e produção de soja no Paraná - 2010/11 a 2015/16*



Fonte: Seab/Deral. Elaboração: Ocepar/Getec - 2016. * Estimativa.

Evolução dos preços recebidos pelos produtores paranaenses de soja e milho de 2010 a 2016



Fonte: Seab/Deral. Elaboração: Ocepar/Getec - 2016.



Foto: APPA

Brasil bateu recorde de exportação de milho no ano passado: 29 milhões de toneladas

gócio, não pela melhoria das cotações internacionais, mas por causa do câmbio, cuja variação se deve “a instabilidade do quadro político nacional. Mas, se houver alteração nos rumos políticos do país, o dólar tende a cair. E a moeda norte-americana a R\$ 3,50, por exemplo, afetará o rendimento do produtor. Até o momento o quadro é positivo, pois os preços estão melhores do que no ano passado, o que garante a rentabilidade do setor”, avalia.

Mafioletti lembra que, nos últimos cinco anos, o preço médio recebido pelo produtor paranaense pela saca de 60 quilos da soja variou de R\$ 36 em 2010 para R\$ 61,5 no fechamento do ano passado, com valorização de 70,83% nesse intervalo. Já neste ano, o valor da oleaginosa caiu 10%, comparando-se os preços médios de R\$ 69,8 pagos em janeiro e fevereiro aos R\$ 62,8 do dia 17 de março. Entre as safras 2010/11 e 2015/16, a evolução da área de plantio foi de 18,59%, de 4,59 milhões de hectares para 5,44 milhões de hectares, enquanto a produção, comparando-se os 15,42 milhões de toneladas com os previstos 17,82 milhões de toneladas, cresceu 15,56%.

Milho

As exportações do cereal, que se iniciaram em 2000, têm contribuído para manter o mercado bastante ajustado, com reflexos diretos sobre o preço pago ao produtor. Por exemplo, na safra passada, o país, que é o segundo maior exportador mundial desta commodity, colheu 84,6 milhões de toneladas. Do total, 56 milhões de toneladas foram absorvidos pelo mercado interno, enquanto os embarques totalizaram 29 milhões de toneladas, o maior volume registrado até agora. Com isso, o estoque de passagem em 2015 ficou em 6 milhões de toneladas, frente à média de 10 a 11 milhões de toneladas, esclarece Mafioletti.

De acordo com o sexto levanta-

mento da Conab da safra 2015/16, a produção esperada do primeiro e segundo plantio do cereal é de 83,51 milhões de toneladas, com redução de 1,4%. Essa mesma queda deverá ser observada na área da lavoura, prevista em 15,46 milhões de hectares frente aos 15,69 milhões de hectares do período 2014/15. “O tamanho da safra irá depender do desempenho do milho safrinha, para tanto é preciso contar com a colaboração do clima e dos investimentos na cultura. Caso haja algum contratempo que comprometa o volume, o setor de carnes será afetado, com o aumento do custo de produção, uma vez que há elevação da demanda da matéria prima para a produção de ração para aves, suínos e também para a pecuária leiteira”, considera o coordenador técnico e econômico da Ocepar.

Segundo Mafioletti, o Paraná deverá produzir 15,51 milhões de toneladas, 2,2% menos que os 15,86 milhões de toneladas de 2014/15. Entre a safra de 2010/11, que rendeu 12,24 milhões de toneladas e a esperada para agora, o crescimento é de 26,71%, ao passo que a área evoluiu apenas 0,12%, de 2,485 para 2,488 milhões de hectares. O valor médio pago ao produtor pela saca de 60 quilos do cereal subiu 41% ao se confrontar os R\$ 15,4 de 2010 e os R\$ 21,7 do ano passado. Na comparação com os R\$ 31,00 do preço médio praticado em janeiro e fevereiro com o do encerramento de 2015, a variação é de 42,85%. No dia 17 de março, o preço médio da saca de 60 quilos estava em R\$ 34,00. 🌽

“O tamanho da safra irá depender do desempenho do milho safrinha, para tanto é preciso contar com a colaboração do clima e dos investimentos na cultura”

Robson Mafioletti

Coordenador técnico e econômico do Sistema Ocepar



FIBRÀ

A VITALIDADE DO CAMPO

LINHA FIBRÀ
MAIS VITALIDADE PARA O CAMPO



UM PRODUTO



Bom Jesus
Cooperativa Agroindustrial

Cooperativismo como instrumento de mudança

Para contribuir de forma mais efetiva, setor reivindica a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento da atividade cooperativista. Demandas estão listadas na Agenda Institucional do Cooperativismo, lançada no dia 16 de março, em Brasília



Fotos: Assessoria Sistema OCB

Para mostrar de que forma o cooperativismo pode ser ajudado a atingir os seus objetivos, o Sistema OCB apresentou, no dia 16 de março, em Brasília, um compilado de questões que estão sob a alçada dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e que, se destravadas, podem impulsionar o setor. Tudo está listado na Agenda Institucional do Cooperativismo, publicação direcionada aos três poderes e que apresenta as principais demandas do setor. “Boa parte das proposições no documento não oneram os cofres da União, e mesmo assim são capazes de promover o desenvolvimento das cooperativas e, consequentemente, das comunidades onde elas estão inseridas”, ponderou o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas.

“Juntos com os demais setores da economia nacional, vamos trabalhar com afinco para que o país possa retomar o crescimento.” A afirmação é do presidente do Sistema OCB e demonstra a intenção do movimento em participar ativamente para que o país supere este período de turbulência e reencontre a rota de desenvolvimento. O posicionamento do setor é visto com bons olhos, tendo em vista que o movimento reúne 12,7 milhões de associados no país, gera 360 mil empregos e tem um papel de fundamental importância na economia e nos processos de inclusão social.

O presidente da Frencoop - Frente Parlamentar do Cooperativismo, deputado federal Osmar Serraglio, participou do evento e ressaltou a importância do setor cooperativista para o desenvolvimento do país

“Nossas cooperativas, que já contribuem significativamente em diversas áreas, podem fazer ainda mais para ajudar o Brasil a passar por esse momento de dificuldade e voltar a crescer com sustentabilidade. Mas para isso precisamos contar com o apoio do poder público”, disse Freitas. Segundo o dirigente, o apoio que as cooperativas esperam receber não envolve a destinação de recursos, mas a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento da atividade cooperativista. “Precisamos, por exemplo, de marcos regulatórios e políticas públicas que ajudem a fomentar o setor e de pensamentos jurídicos que considerem a natureza diferenciada das sociedades cooperativas”, disse.

Temas prioritários

No Executivo, por exemplo, estão listados 17 temas prioritários, com o objetivo de contribuir para que os marcos regulatórios e as políticas públicas implementadas no país reflitam os anseios e respeitem as peculiaridades do movimento cooperativista, além de possibili-

tarem um desenvolvimento justo e sustentável para o Brasil. Já no Judiciário, entre os grandes temas acompanhados nos tribunais superiores estão o ato cooperativo, o novo código florestal, a não equiparação do empregado de cooperativa de crédito a bancário e a contribuição previdenciária do tomador de serviços de cooperativas. Estas ações são focadas na disseminação do modelo societário e da filosofia cooperativista junto a magistrados, desembargadores, ministros e procuradores.

No Congresso Nacional, por exemplo, estão listadas 40 proposições prioritárias ao setor. Dentre elas, diversas dizem respeito a ajustes em leis ou decretos que não envolvem gastos ou impactos financeiros aos cofres da União. Um bom exemplo é o PLP 100/2011, que possibilita aos municípios com disponibilidade de caixa depositarem recursos nas cooperativas de crédito. O projeto visa fortalecer a economia local, com o uso dos recursos municipais na própria comunidade, de forma a evitar distorções, capilarizar o crédito cooperativo e aprimorar o desen-

volvimento regional. Atualmente as cooperativas de crédito são excluídas deste processo.

“É inconcebível que existam reservas de mercado para o desenvolvimento do Brasil, como é o caso da impossibilidade das prefeituras depositarem recursos nas instituições financeiras que, de fato, estão localizadas em seus municípios e que neles promovem o desenvolvimento e o fortalecimento da economia, por meio da oferta de crédito, da geração de emprego e renda, da inclusão financeira, da formação de poupança e da melhoria da qualidade de vida da população”, afirmou Freitas.

O dirigente lembrou que o cooperativismo de crédito, com suas características peculiares de gestão profissional e governança voltadas para os reais interesses locais, pode contribuir substancialmente desenvolvendo, fomentando, fortalecendo e potencializando a economia local, uma vez que, podendo administrar as disponibilidades de caixa dos entes públicos municipais, terá maior capacidade de ofertar o crédito orientado produtivo local. 🌱

Lançamento

A Agenda do Cooperativismo é publicada anualmente pelo Sistema OCB. Em sua 10.ª edição, o documento foi lançado no dia 16 março, na capital federal, ocasião que reuniu deputados federais, senadores e lideranças do movimento cooperativista.

A cerimônia contou ainda com a presença do ministro da Defesa, Aldo Rebelo, de secretários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: André Nassar (Política agrícola), Caio Rocha (Produtor Rural e Cooperativismo) e Tania Garib (Interlocação e Mobilidade Social), e do diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania do Banco Central, Luiz Edson Feltrim.

Entre os paranaenses presentes estavam o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, e os deputados federais Osmar Serraglio, Dilceu Sperafico, Evandro Roman, Alex Canzini, Luiz Nishimori, Alfredo Kaefler, Sérgio Souza e Assis do Couto.



Eugênio Bohatch, 39 anos dedicados ao setor sementeiro do PR

O dirigente comunicou seu afastamento da presidência da Associação Paranaense dos Produtores de Sementes

Durante evento que reuniu familiares, amigos e integrantes da Associação Paranaense dos Produtores de Sementes (Apasem), no dia 31 de março, em Curitiba, Eugênio Bohatch, diretor executivo da entidade anunciou seu desligamento após 39 anos de serviços prestados. Descendente de ucranianos, nasceu em Curitiba, Santa Catarina, no ano de 1939. Formou-se engenheiro agrônomo pela Universidade Federal do Paraná em 1962 e iniciou sua vida profissional em Guarapuava, no ano de 1963, na extinta Café do Paraná, empresa vinculada à Secretaria da Agricultura do Paraná (Seab). Em 1977 foi contratado como assessor da diretoria, promovido a diretor executivo em abril de 1978, cargo que ocupou até março de 2016.



Foto: Apasem

Eugênio Bohatch: dedicação e busca constante por entendimento e diálogo

Unidade e comissões

Bohatch lembra que o setor sementeiro paranaense sempre atuou de forma unida, apesar de ser integrado por setores competitivos entre si, como os produtores privados e as cooperativas. Para evitar disputas entre os dois setores, a diretoria estabeleceu que a presidência será assumida, alternadamente, por representante de cada um dos setores, ficando a Ocepar encarregada de indicar, a cada dois anos, o candidato a presidente ou vice. A criação das subcomissões de todas as espécies de sementes produzidas pelos produtores paranaenses, em 1971, foi um momento marcante para a Apasem, segundo ele.

Pirataria

Para Bohatch, o setor produtivo vive um momento crítico em função da dificuldade das autoridades


combaterem adequadamente a pirataria na produção e comercialização de sementes. Surgiu há pouco mais de dez anos com o advento da transgenia e, no Rio Grande do Sul, causou uma queda vertiginosa na taxa de utilização de semente legal. A falta de estrutura de fiscalização das superintendências regionais do Ministério da Agricultura é tida como uma das causas da persistência da atuação dos chamados produtores piratas.

A Lei de Sementes (nº. 10.711, de 05/08/2003), nas palavras de Eugênio Bohatch, deu um choque na produção, em função das alterações introduzidas. Até o advento dessa lei, no Paraná, a fiscalização da produção e comercialização, bem como a certificação, ficava por conta da Secretaria da Agricultura. A nova lei criou a entidade fiscalizadora. A fiscalização continuou sendo

feita pela Seab até 2005, quando o Ministério da Agricultura colocou em operação sua estrutura.

Programa de Qualidade

O Programa de Qualidade da Semente, executado em conjunto com a Secretaria da Agricultura e Secretaria da Comunicação Social do Governo do Paraná, é considerado como uma das ações de destaque da Apasem nos últimos anos. Objetivou garantir a produção de sementes com um mínimo de 85% de germinação. O programa teve a duração de dois anos e produziu um efeito muito positivo, destacando a qualidade da semente produzida no Paraná.

Segundo o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, as cooperativas sempre tiveram uma participação ativa na Apasem e isso se deve muito a forma com que o Eugênio Bohatch atuou. "Com seu jeito tranquilo, sempre buscou o entendimento entre os diversos interesses dentro da entidade, em particular quando da alternância de cargos na diretoria da Apasem. Se a Apasem foi e continua sendo uma entidade referência em termos de aglutinar interesses diversos do setor sementeiro, muito se deve ao trabalho realizado pelo amigo Eugênio. Muitos foram os desafios enfrentados durante o período em que esteve à frente das principais demandas da entidade. As inúmeras reuniões para oferecer sugestões à Lei de Sementes e depois a árdua tarefa de sua implementação, são diferenciais que marcaram a atuação da Apasem no Paraná", lembrou o dirigente cooperativista. 

Em 1995, agricultores da região uniram seus sonhos e deram início a uma história que hoje completa 20 anos. De grão em grão, de colheita em colheita, com muito trabalho, amor e dedicação, hoje somos uma das maiores cooperativas do Paraná, com 55 unidades de recebimento distribuídas em diversas regiões do estado. Muito obrigado a todos que cooperaram para que esse grande sonho se transformasse em uma bela realidade.

A força da união.



WWW.INTEGRADA.COOP.BR

 **INTEGRADA** **20**
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ANOS

A AGRICULTURA É
A MINHA, A SUA E
A NOSSA VIDA.

Governo retira cobrança do ICMS na conta de luz

Governo do Paraná atende pleito das cooperativas e restabelece a não cobrança do imposto nas faturas de energia elétrica para produtores rurais

Texto: Marli Vieira

Os produtores rurais que tiveram cobrança de ICMS na fatura de energia elétrica a partir de janeiro deste ano não terão mais que pagar o imposto. O Decreto 3.531, de 24 de fevereiro de 2016, restabeleceu o diferimento na cobrança do ICMS nas contas de luz. Mas para ter direito ao benefício, é preciso fazer um cadastramento na Copel, apresentando alguns documentos. A publicação do Decreto foi comemorada pelo Sistema Ocepar que pleiteava a retirada do imposto. "Foram nove meses de negociações, por isso consideramos a notícia uma conquista importante, principalmente, neste momento difícil da economia brasileira", comenta o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski.

A polêmica em torno do assunto começou em junho do ano passado, quando o Governo do Estado publicou o decreto nº 1.600, restabelecendo a cobrança de ICMS na atividade rural. A decisão gerou protestos em função dos impactos causados. "É preciso considerar a realidade da agropecuária, ou seja, de que o produtor reside e desenvolve suas atividades no mesmo local, principalmente, a avicultura, suinocultura, produção de leite, que demandam intervenções constantes dos produtores", conclui Koslovski.

Para evitar que os produtores rurais fossem prejudicados com a medida, entidades do setor produtivo, entre elas o Sistema Ocepar, iniciaram uma ampla mobilização para reverter a cobrança. Além do envio de ofício explicitando os impactos na atividade agrícola e solicitando a retirada da cobrança, profissionais do Sistema participaram de diversas reuniões com representantes das secretarias da Fazenda (Sefa), Agricultura (Seab), Casa Civil e Copel. Em fevereiro deste ano, o governo voltou atrás em sua decisão e restabeleceu o diferimento da energia elétrica nas propriedades rurais.



Produtores agropecuários que tiveram cobrança de ICMS devem fazer cadastramento na Copel

Entenda o caso



Como era antes

Até junho de 2015, havia diferimento na cobrança do ICMS nas contas de energia elétrica de propriedades localizadas em áreas rurais. Mas para ter direito ao diferimento, era necessário que a propriedade estivesse localizada em área rural e desenvolvesse exclusivamente atividade agropecuária. Para o produtor que mora e trabalha na mesma propriedade, deveria haver dois padrões de energia elétrica: um para a atividade agropecuária (sem cobrança de ICMS); e outro para a residência (com a cobrança da alíquota de 25%).

O que mudou

Em junho de 2015, o Governo do Estado publicou Decreto nº 1.600-I, retirando o diferimento e determinando a cobrança do ICMS.



Reação

Uma ampla mobilização iniciou-se no estado pleiteando o restabelecimento do diferimento. A justificativa é a de que o produtor rural não tem outra alternativa a não ser morar e trabalhar na mesma propriedade, principalmente em atividades como avicultura, suinocultura e produção de leite.



Como é agora

O Governo do Estado acatou os pleitos e publicou o Decreto 3.531, de 24 de fevereiro. Com ele, a residência existente na propriedade rural é considerada como parte do ciclo produtivo da agropecuária, servindo de moradia para o produtor ou funcionário. Com esse novo entendimento, as propriedades que têm, concomitantemente, casa e atividade voltada à produção agropecuária, voltaram a ter o diferimento.



Como saber se estou pagando o ICMS?

A verificação deve ser feita na própria conta de luz. No campo "Base de Cálculo do ICMS" e no campo "Valor ICMS". Se os valores de cobrança de ICMS estiverem zerados, isto indica que o produtor rural está cadastrado corretamente e há o diferimento do ICMS na conta de energia elétrica.



Quando há cobrança?

Neste caso, ligar para a Copel (0800 51 00 116) que irá orientar sobre os procedimentos para requerer o benefício. Provavelmente, será solicitada a apresentação de cópias dos seguintes documentos: RG, CPF, CAD/PRO, matrícula do imóvel, ITR e declaração das atividades desenvolvidas na propriedade. Esta declaração deverá ser feita de próprio punho ou ser obtida diretamente nos escritórios da Copel.



Perímetro urbano


O problema da cobrança do ICMS em propriedades rurais localizadas em perímetro urbano foi resolvido com o Decreto 3.531/16 que permite o diferimento mesmo em área urbana. Basta procurar a prefeitura do município com o comprovante do pagamento do ITR do imóvel e de posse desta declaração levar à Copel. Outra alternativa é solicitar ao agente credenciado pelo MDA (Emater, Sindicato Patronal Rural, Sindicato dos Trabalhadores Rurais) a declaração de aptidão do Pronaf ativo e levar este documento à Copel. 



Foto: Arquivo Graf Digital



Beneficiários do Procaminhoneiro

Contratar um financiamento por meio da linha Procaminhoneiro, modalidade que oferece juros reduzidos e prazos maiores para pagamento, já é uma realidade para os motoristas associados às cooperativas de transporte. Atendendo a uma solicitação do setor cooperativo, o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) incluiu esse público na lista de beneficiários da linha Procaminhoneiro. "A demanda inicial surgiu durante um dos nossos fóruns estaduais de dirigentes de cooperativas de transporte. Posteriormente, embasada com o posicionamento técnico, foi apresentada aos dirigentes do BNDES", conta o coordenador de Desenvolvimento Cooperativo do Sescop/PR, João Gogola Neto.

Ainda de acordo com ele, a partir de agora, os cooperados do ramo transporte já podem pleitear os recursos desta linha diretamente nas instituições bancárias em que possuem conta. A comprovação de que o beneficiário é cooperado ocorrerá por meio do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) da cooperativa, na categoria Cooperativa de Transporte de Carga (CTC).

Mudanças

Além da inclusão do cooperado como público beneficiário, o BNDES também realizou as seguintes mu-

Modalidade de financiamento oferece juros reduzidos e prazos maiores. Objetivo é ajudar associados a renovar a frota, melhorando a qualidade e a agilidade dos serviços prestados aos clientes

danças no Programa Procaminhoneiro: abertura da linha e limite de captação até 31/12/2017; exclusão da possibilidade de financiamentos com taxas fixas; limitação de 80% do bem para a captação do financiamento e dotação orçamentária de R\$ 250 milhões para a linha.

Com o Procaminhoneiro é possível financiar, por meio do BNDES, equipamentos novos ou usados, de fabricação nacional. Estão incluídos, por exemplo: caminhões, chassis, caminhões-tratores, carretas, cavalos-mecânicos, reboques, semirreboques, aí incluídos o tipo dolly, tanques e afins, devidamente registrados no órgão de trânsito competente, bem como carrocerias para caminhões, credenciados no Credenciamento de Fornecedores Informatizado (CFI) do BNDES ou que no ano de apresentação do pedido de financiamento ao BNDES tenham completado até 15 anos,

contados a partir do ano de sua fabricação.

Somente será financiável no âmbito deste Programa a aquisição de carrocerias usadas em separado de unidades motorizadas quando a vendedora for pessoa jurídica. Sistemas de rastreamento novos, credenciados no CFI do BNDES, quando adquiridos em conjunto com os bens a que se referem os subitens "a" e "b". São também financiáveis no âmbito deste Programa o seguro do bem e o seguro prestamista, quando contratados em conjunto com os bens a que se referem os subitens "a" e "b".

Os prazos de carência e de amortização deverão ser definidos em função da capacidade de pagamento do beneficiário final e do grupo econômico ao qual pertença, respeitado o prazo total de até 96 meses, aí incluído o prazo de carência de até seis meses. 📄



Foto: Aquino/Ocepar

A medida atende pleito do setor cooperativo. A solicitação dos recursos pode ser feita diretamente ao agente financeiro



GRANDES VIAGENS COMEÇAM COM GRANDES ROTEIROS

A Cooptur é especializada em roteiros técnicos e viagens corporativas. Oferecemos roteiros de imersão em cooperativismo pelo estado do Paraná, viagens de incentivo para os colaboradores de sua cooperativa e roteiros técnicos internacionais nos países do Mercosul. Personalizamos a viagem para sua corporação.



Solicite seu orçamento pelo email contato@cooptur.coop.br
ou pelo telefone (42) 3231-2241 | www.cooptur.coop.br

Dia C é lançando no Paraná



Campanha deste ano tem como lema “Ações que constroem e transformam vidas”. Objetivo é criar uma grande rede de voluntariado com ações contínuas e transformadoras



23 de fevereiro:
agentes reunidos no Sicoob Central Unicoob, em Maringá, no noroeste do estado



25 de fevereiro:
ação aconteceu na sede da Frisia, em Carambeí, região centro sul



14 de março:
reunião e lançamento na Coasul, em São João, no sudoeste



17 de março:
programação encerrou-se com o lançamento na Lar, no oeste do estado

A campanha nacional de estímulo ao voluntariado no meio cooperativista já teve início no Paraná. “Este ano, optamos por lançar a ação regionalmente, durante as reuniões dos agentes de Desenvolvimento Humano porque, desta forma, abrangemos um número maior de cooperativas”, explica a analista do SESCOOP/PR, Fabianne Ratzke. Quem esteve presente teve a oportunidade de conhecer a nova campanha que, em 2016, tem como lema “Ações que constroem e transformam vidas”. Também foram apresentados os resultados das ações realizadas pelas cooperativas da região no ano passado com o intuito de estimular o desenvolvimento de ações contínuas e práticas de voluntariado por um maior número de cooperativas.

“Um dos objetivos deste ano é o incentivo para que as ações sejam contínuas”, explica Fabianne, lembrando ainda que, além das ações ao longo do ano, a proposta é que no dia 2 de julho, data em que se comemora o Dia Internacional do Cooperativismo, os estados participantes promovam uma grande ação conjunta, ofertando à comunidade atendimentos e serviços voluntários, e atividades com temas ligados à cultura, educação, responsabilidade socioambiental, saúde, esporte e lazer etc. Ao realizar uma ação simultânea em todo o país, espera-se evidenciar à comunidade e demais setores da sociedade, o potencial de atuação das cooperativas, cooperados e empregados, no campo da Responsabilidade Social.

A Campanha

O Dia C - Dia de Cooperar - é uma campanha nacional do cooperativismo de incentivo à prática ao voluntariado. As ações são definidas e executadas pelas próprias cooperativas e contam com o apoio do Sistema Ocepar, em âmbito estadual, na capacitação, divulgação e valorização das práticas, por meio de orientações contidas em cartilhas, manuais e outros documentos produzidos e distribuídos aos participantes. No ano passado, houve o engajamento de 99 cooperativas paranaenses, além do Sistema Ocepar. Foram realizadas 52 iniciativas, em 57 municípios. As ações mobilizaram cerca de 4 mil voluntários e beneficiaram mais de 35 mil pessoas. 🙌

Fotos: Sistema Ocepar

uma **nova marca,** um mesmo coração



Família Welter e Kunzler

A gente é assim: parte daquilo que nos envolve, das coisas que aprendemos, das experiências que vivemos e de tudo aquilo que sonhamos.

Somos fruto de pessoas que inspiram gerações, que cultivam valores e que alimentam histórias.

Somos um pouco do ontem, do hoje e do amanhã, unidos em um só coração.

**Cultivando
valores,
alimentando
histórias.**

**Lar**

**COOPERATIVA
AGROINDUSTRIAL**

Desenvolvimento socioeconômico

Fundada há 10 anos por 25 motoristas profissionais autônomos, a Rodocoop – Cooperativa de Transportes e Serviços Rodoviários, com sede em Mandaguari, no norte do estado, fechou 2015 com 201 associados. Segundo seu presidente, Marcos Antonio Trintinalha, a cooperativa foi criada para beneficiar a categoria e, assim, promover o desenvolvimento econômico e social, através de uma gestão profissional e transparente e ser ponto de referência para motoristas e tomadores de serviços usufruírem dos benefícios fiscais em prol do cooperativismo. E a Rodocoop, além da ampliação do número de cooperados, ostenta indicadores importantes, como o transporte de 415.036 toneladas de produtos e faturamento de R\$ 18,76 milhões em 2015.

Por inspiração de seu primeiro presidente, Vilmar Sebold, a cooperativa apostou na intercooperação com a Cocari – Cooperativa Agropecuária e Industrial, de Mandaguari, sendo que as atividades tiveram início com os serviços disponibilizados aos cooperados autônomos para a construção conjunta da qualidade dos serviços prestados com frete. “Em faturamento e estrutura, somos a terceira cooperativa de transporte do Paraná. A Rodocoop ostenta importantes índices econômicos, que resultam da manutenção de sua liquidez e, assim, consegue levar ao associado diversos benefícios. Por exemplo, o recebimento do frete varia de 20 a 30 dias, mas pagamos ao associado com 15 dias no máximo”, acrescenta Trintinalha, que cita ainda o fornecimento de óleo diesel S-10 e S-500 com custo diferenciado, o que gera economia de R\$ 117,00 no abastecimento de um bitrem, por exemplo. “Isso é bastante significativo, visto que o diesel representa quase 50% dos custos no transporte.”

Foto: Rodocoop



A Rodocoop ostenta várias conquistas para os cooperados

Conquistas

Trintinalha lembra ainda que, por meio de pleito encabeçado pela cooperativa, com o apoio de outros órgãos, conseguiu-se a redução da base de cálculo do Imposto de Renda de 40% para 10% para a categoria. “Foi uma vitória não só da cooperativa, pois a partir dessa iniciativa a reivindicação virou lei, beneficiando não apenas o setor de transporte, mas todo trabalhador autônomo”, diz, ao enfatizar que “a Rodocoop tornou-se exemplo para outras cooperativas, que conheceram o nosso trabalho e se espelharam na forma como conduzimos a instituição. A parceria com a Cocari, por exemplo, é um modelo bastante interessante que nós criamos e que permite essa perpetuação. Hoje só temos a agradecer o espírito empreendedor dessas pessoas que tiveram a ideia de começar esse processo”.

O presidente diz que, no momento, os esforços da cooperativa estão voltados para a “questão do peso bruto por eixo e também do pedágio, em busca de alternativas melhores e dentro da legislação para fazer valer cada vez mais os direitos dos autônomos”, em parceria com a Ocepar e a OCB. 🚛

RODOCOOP
Cooperativa de Transportes e Serviços Rodoviários

Ano de fundação
2006

Cooperados
201

Faturamento
R\$ 18,76 milhões

Fonte: Rodocoop

Confiança impulsiona expansão

Com aumento de 42,63% nos ativos totais, que passaram de R\$ 21,79 milhões de 2014 para R\$ 31,08 milhões no exercício encerrado em dezembro último, a Cooperativa de Crédito Mútuo dos Escrivães Notários e Registradores do Estado do Paraná (Sicredi Credenoreg) contabiliza evolução mais que animadora em todos os seus indicadores. Na avaliação de seu presidente, Cid Rocha Júnior, isso é resultado “da consolidação da confiança da categoria na cooperativa, refletindo no aumento da adesão de colegas e do volume das aplicações, por exemplo. O momento também é favorável para as instituições de crédito, além do que nos momentos de crise o cooperativismo se sai melhor que os outros sistemas no mundo todo”.

A Sicredi Credenoreg mantém-se fiel aos propósitos que levaram à sua instituição, ocorrida em março de 2004. “Motivaram a criação da cooperativa a necessidade de dispor de mais uma instituição

aglutinadora de interesses da categoria e também de ter uma instituição financeira por onde girasse os recursos dos serviços notariais e registrares, beneficiando a categoria, bem como os colaboradores dos cartórios e também suas famílias”, acrescenta Rocha Júnior.


Enfatiza ainda que o crescimento decorre da oferta de serviços fi-

nanceiros com o conhecimento das necessidades próprias dos cartórios, do atendimento diferenciado aos cooperados, além da distribuição anual de sobras e o pagamento de juros ao capital.

Positivo

Apesar das “notórias dificuldade econômicas do país”, Rocha Júnior diz que 2015 foi um ano de superação das expectativas. Por exemplo, os depósitos totais registraram evolução de 45% sobre os R\$ 18,80 milhões de 2014, fechando o período com R\$ 27,26 milhões, enquanto o número de associados aumentou 8%, para 1.016. Quanto às expectativas para este ano, o presidente da Sicredi Credenoreg diz que são das melhores, porque “há muito espaço a ser preenchido ainda, afinal, quem teve o privilégio de conhecer a cooperativa pode atestar os grandes benefícios que ela proporciona. E isso é unânime entre os nossos associados”.

Rocha Júnior acrescenta que a tendência é de forte crescimento do número de cooperados. Para este ano, a expectativa é atingir 1.134 associados, com aumento de 11,6%. “Eu sempre convido colegas para se associarem à cooperativa, com a proposta de ficarem apenas um mês, porque sei que nunca mais irão sair. Além disso, há a divulgação feita boca a boca entre os colegas. E isso funciona muito”, diz.

De acordo com o planejamento para 2016, a Sicredi Credenoreg estima elevar os depósitos a prazo para R\$ 21 milhões, 4,84% mais em relação aos R\$ 20,03 milhões de 2014, enquanto os depósitos à vista devem atingir R\$ 8 milhões, 10,2% acima dos R\$ 7,26 milhões do exercício anterior. “Mas esperamos sempre suplantar as metas”, lembra o presidente. 



Fonte: Sicredi Credenoreg



Foto: Credenoreg

A Credenoreg planeja aumentar o número de associados em mais de 11%

Subsede no Rio de Janeiro

Ações do Instituto Sicoob no estado começarão com o Programa Cooperjovem

O Instituto Sicoob para o Desenvolvimento Sustentável iniciou oficialmente as atividades no estado do Rio de Janeiro, no dia 2 de março. O Sicoob Central Rio, com suas 11 cooperativas associadas, se filiou ao Instituto em evento ocorrido na sede do Sicoob Coomperj, onde compareceram dirigentes e colaboradores das cooperativas e da OCB/Sescoop. Com isso, ficou criada a primeira subsede do Instituto fora da área de atuação do Sicoob Central Unicoob.

O termo de filiação do Sicoob Central Rio ao Instituto Sicoob foi assinado pelo presidente da Central, Luiz Antonio Araujo, e pelo presidente do Instituto, George Hiraiwa. Com essa adesão, o Instituto Sicoob, que é uma Oscip (Organização da sociedade civil de interesse público) e é mantido pelas cooperativas do Sicoob Central Unicoob, amplia a sua área de atuação no território nacional, que já abrange os estados do Paraná, Amapá e Pará.

“Nossa filiação ao Instituto se deu por entendermos que precisa-

mos ampliar nossa atuação dentro dos princípios do cooperativismo, entre eles a intercooperação e o interesse pela comunidade”, destacou o presidente do Sicoob Central Rio, Luiz Antonio Araújo. O presidente do Instituto, George Hiraiwa, destacou que a vinda para o Rio de Janeiro, além de ampliar a área de ação do Instituto, fortalece ainda mais o cooperativismo financeiro por meio da intercooperação. “O Instituto já tem 11 anos de atuação e, por isso, estamos preparados para atuar em outros estados e ajudar as cooperativas do Sistema Sicoob a desenvolver projetos de impacto para as comunidades”, destacou.

Na ocasião, a gestora executiva do Instituto, Emanuelle Soares, apresentou os projetos e ações desenvolvidos e como será a sistemática de atuação com as cooperativas do Sicoob no Rio de Janeiro, enfatizando o trabalho realizado por meio dos voluntários – os próprios funcionários das cooperativas – e o direcionamento estratégico alinhado com

o desenvolvimento dos negócios. Os vice-presidentes do Instituto, Sérgio Gini e Carlos Alberto dos Santos, também participaram do evento, além de representarem o Instituto em uma longa agenda de reuniões estratégicas e políticas com o SESCOOP/OCB-RJ, Sebrae e Banco Central.

Educação cooperativa

O primeiro projeto a ser implantado pelo Instituto Sicoob em conjunto com as cooperativas será o Cooperjovem. As articulações já começaram, mas como o ano letivo já está em andamento nas escolas, o programa começará de fato em 2017. Foram definidas que duas cooperativas iniciarão esse programa: o Sicoob Cred Rio Norte, sediado em Campos, e o Sicoob Cecremef, estabelecido em Furnas e que tem área de atuação em todo o estado. O município escolhido pelo Sicoob Cecremef foi Angra dos Reis. Já o Sicoob Cred Rio Norte irá realizar o programa em Bom Jardim, São João da Barra e Bom Jesus de Itabapua. 🌱



Foto: Assessoria Sicoob

As atividades no Estado do Rio de Janeiro começaram oficialmente no dia 2 de março

RAÍZES DE 53 ANOS SÃO CONSTRUÍDAS PELA COOPERAÇÃO DE TODOS



A Cocamar é construída pela cooperação de mais de 13 mil cooperados - que atuam com a produção de soja, milho, trigo, café e laranja - e 3 mil colaboradores. Hoje, a Cocamar está presente em vários municípios por meio de mais de 60 unidades operacionais espalhadas pelo norte e noroeste do Paraná, oeste paulista e sudoeste do Mato Grosso do Sul.

São raízes de 53 anos que nutrem a cooperativa e dão força para que a Cocamar chegue ainda mais longe!



Mais que associados, donos do próprio negócio

Período de assembleias marca momento importante para as cooperativas e cooperados Sicredi

Ao tirar um extrato no caixa eletrônico e observar o valor das taxas cobradas pelos bancos é inevitável pensar no destino desse montante. Para onde vão os reais pagos todos os meses? Seria ótimo poder opinar e decidir o destino desses valores, não é? Durante os meses de janeiro a março é exatamente isso que os associados do Sicredi fazem.

Nessa época, acontecem reuniões em todos os municípios onde o Sicredi atua, de norte a sul do país, que dão a oportunidade a mais de 3,1 milhões de associados discutirem e opinarem a respeito dos

rumos da instituição financeira da qual são sócios. Eles podem argumentar e ajudar a definir como será o ano da cooperativa de crédito e investimento, em termos de investimentos, ampliações, divisão de sobras (lucro), entre outras iniciativas.

Para Claudia Bonatti, gerente de Programas Sociais da Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP, que atua na região oeste do Paraná, São Paulo capital e região do grande ABCD paulista, a assembleia é um momento mágico para associados e dirigentes de uma cooperativa. “Durante as reuniões, os associados têm total li-

berdade para opinar e decidir como será o futuro da sua agência. É um processo democrático e altamente participativo. É mágico”, comenta.

Atuação

Nas cidades onde a Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ atua, por exemplo, as assembleias chegaram a ter mais de mil participantes. Longe de ser exceção, as cooperativas movimentam não só a população da região onde atuam, mas também a economia local. Em 2015, o Sicredi contabilizou mais de R\$ 1,378 bilhão em sobras, um resultado positivo que anda escasso no mercado e que cabe ao associado ajudar na sua destinação.

O destino de boa parte desse valor cabe ao associado decidir, como investimento na própria agência, na ampliação da cooperativa ou mesmo receber a quantia que lhe cabe, proporcionalmente aos investimentos realizados na cooperativa.

De acordo com Rejane Farias de Andrade, assessora de Programas Sociais da Central Sicredi PR/SP/RJ, o modelo de gestão participativa é um grande diferencial do Sicredi, enquanto instituição financeira cooperativa. “As assembleias são momentos da maior importância para a cooperativa e para os associados, pois são eles que opinam e decidem a trajetória da organização. A participação de todos é fundamental para que o cooperativismo se concretize como um modelo justo e eficiente, assim como vemos nos resultados do Sicredi a cada ano”, explica. 🗳️



Fotos: Assessoria Sicredi

Associados de Palotina (PR) em momento de prestação de contas da cooperativa

Dia Mundial do Consumidor



Ser consumidor vai além do ato da compra. Opinar sobre os serviços prestados, elogiar, criticar, são ações que promovem nosso **desenvolvimento** e **constantes melhorias** à cooperativa.

Parabéns pelo **Dia Mundial do Consumidor**, pelos direitos e conquistas. Obrigado por **confiar em nossos serviços** e fazer cada dia mais, parte da **Dental Uni**.



Atitude preventiva dita

O uso do tabaco continua sendo a principal causa de mortes evitáveis, porém, campanhas preventivas e a Lei Antifumo (nº 12.546/11), que instituiu a proibição de fumar em locais totalmente fechados, têm modificado o comportamento da sociedade. De acordo com dados do Vigitel 2014, divulgados pelo Ministério da Saúde, o número de tabagistas registrou queda de 30,7% nos últimos nove anos. Em contrapartida à legislação, incentivar a vida saudável parece o caminho a ser seguido pelos profissionais na área médica, orientando os pacientes “como viver melhor” e não apenas “como viver mais”. Porém, há um paciente em estado crítico há algum tempo: o próprio Sistema de Saúde, que sofre pela redução de investimentos, elevação do custos, cenário de incertezas econômicas, além dos desafios impostos por uma população que está envelhecendo.

Em resumo, o Sistema de Saúde passa por uma ruptura e, na avaliação do presidente da Aliança para a Saúde Populacional (ASAP), Paulo Marcos Senra Souza, o único caminho para as prestadoras e a popu-

lação é a manutenção da saúde. “Hoje, a preocupação não está em buscar a prevenção da doença e isso precisa mudar, pois é basicamente uma questão comportamental, para qual é necessária uma mudança cultural. Porque, se analisarmos, grande parte das doenças estão relacionadas ao comportamento, como o caso do sedentarismo, da obesidade, do alcoolismo, do tabagismo, ou seja, o tratamento se resume a um ato de incentivo de práticas relacionadas à qualidade de vida”, pontua.

Segundo o presidente da ASAP, em 2004, as empresas pagavam de 6,5% a 7% do total da folha de pagamento por um plano de saúde para os funcionários. Atualmente, o percentual destinado ao benefício gira em torno de 12% a 14%, e há uma projeção para que nos próxi-



mos anos o valor chegue a 24%. “Se pararmos para pensar, pelo menos 25% do salário, ou seja, um quarto do valor será destinado ao pagamento do plano. As empresas não aguentam esses reajustes, ainda mais somados à inflação, dissídio e à elevação do salário mínimo”.

Na visão de Souza, a mudança de comportamento precisa ser do indivíduo e da empresa. E considera que a prestadora pode auxiliar nesse processo, com orientação aos beneficiários de que os hábitos saudáveis contribuem para quali-

“Hoje a preocupação não é buscar a prevenção da doença e isso precisa mudar, pois é basicamente uma questão comportamental, para qual é necessária uma mudança cultural”

Paulo Marcos Senra Souza

Presidente da Aliança para a Saúde Populacional (ASAP)

futuro da saúde

Incentivo à qualidade de vida do paciente torna-se fundamental para equilíbrio no setor

dade de vida e a solução não está na visita constante ao consultório. “Precisamos incentivar uma atitude de prevenção”, reforça.

Na prática

Atenta à demanda do usuário e do setor, por meio do modelo assistencial que utiliza os princípios da Atenção Primária (personalizada) à Saúde, a Unimed vem priorizando uma avaliação mais criteriosa do quadro do paciente para definir o tratamento. “O modelo assistencial baseado em atenção personalizada se propõe e está demonstrando que proporciona qualidade no curto, médio e longo prazo. Há vários indicadores que demonstram que o modelo produz eficiência, eficácia, efetividade e legitimidade, bem como uma racionalização de custos sem perda da qualidade”, analisa o gerente de Estratégia de Saúde da Unimed Paraná, Marlus Volney de Moraes.

Nesse modelo, o paciente se torna o ponto focal e, por menores que possam parecer os problemas apresentados, a equipe de atendimento busca entender, discutir e planejar mecanismos e instrumentos para resolver tais problemas. Portanto, a decisão do tratamento é conjunta, seja em relação às necessidades do

“O modelo assistencial baseado em atenção personalizada se propõe, e está demonstrando, que proporciona qualidade no curto, médio e longo prazo”

Marlus Volney de Moraes
Gerente de estratégias de saúde da Unimed Paraná



beneficiário de caráter preventivo ou de caráter curativo.

Em função de uma arraigada cultura de um modelo de atendimento que vem sendo praticado ao longo dos anos, observa-se que a mudança para um modelo personalizado ainda encontra algumas dificuldades na percepção e na utilização dos serviços pelos pacientes. Moraes relata que “as demandas atuais têm sido atendidas de forma satisfatória, mas ainda de forma muito pontual, focada em soluções que resolvem as necessidades momentâneas. Ao longo do tempo, as ações ou tratamentos devem produzir uma abrangência mais ampla. Nem sempre há o entendimento pelo paciente de que alguns exames são desnecessários e a não realização dos mesmos não afetará sua saúde, por exemplo. Esses ajustes do modelo geram incompreensões e insatisfações, mas há a certeza que, no longo prazo, os resultados serão bons, como se comprova em grande parte da Europa”, destaca. O desafio para a Unimed é modificar o processo de atenção à doença para atenção à

saúde, evitando agravamento das doenças com suas complicações.

Métodos

Entre as estratégias somadas à APS, a incorporação da tecnologia no processo tem apresentado resultados crescentes especialmente com as ferramentas que intensificam o relacionamento entre o paciente e os profissionais de saúde. Na avaliação do gerente, “essa aproximação promove saúde”, sendo que a troca de informações precisa ser equilibrada entre as partes. “O paciente também tem seu papel na absorção das informações e precisa colocar em prática orientações e mudanças de hábitos que se traduzam em autocuidado mais efetivo”, analisa.

A partir desse posicionamento, as informações devem ser ofertadas em todos os pontos de contato com o Sistema, reproduzida nos ambientes que o paciente frequenta, e multiplicada entre seus familiares e demais relacionamentos, sempre com o intuito de obter maior nível de promoção, proteção e de recuperação da saúde. 🍌



A importância de escolher quem irá representar a empresa em audiências

No direito vigora a máxima de que “o que não está nos autos não está no mundo”, tradução de uma expressão do Direito Romano que, visando à imparcialidade do julgador, diz que o juiz deverá ater-se ao que consta nos autos processuais. Entende-se que o conhecimento dos fatos oferece ao julgador os subsídios necessários para chegar à justa solução do conflito.

Importante completar ainda que no âmbito trabalhista, o Código de Processo Civil (CPC) define quais provas podem ser produzidas pelas partes. Nesta questão, destaca-se o depoimento pessoal das partes, que busca a confissão real, a qual se formaliza quando, nos termos do artigo 389 do CPC, a parte admite a verdade de fato, a qual é contrária ao seu interesse e favorável ao do adversário.

No processo do trabalho, o depoimento pessoal poderá ser prestado pelo autor da ação e pelo empregador, neste caso representado por um sócio ou por algum empregado designado para representá-lo em juízo (preposto). Cabe destacar que, de acordo com o Artigo 843, §1º da CLT, as declarações do preposto são tomadas como se o empregador as tivesse declarado.

O preposto fala em nome do empregador, motivo pelo qual deve ter pleno conhecimento de todos os fatos envolvendo o caso para que possa prestar os esclarecimentos solicitados. Por esta razão, não é dada a ele a prerrogativa de dar declarações imprecisas ou desconhecer fatos relevantes para o desfecho do processo, sob pena de acolher-se como verdadeiras as alegações rea-

lizadas pela parte contrária. Como exemplo, vejamos o julgamento do TRT-PR abaixo:

*TRT-PR-18-03-2016 CONFISSÃO FICTA. DESCONHECIMENTO DOS FATOS PELO PREPOSTO. ART. 843, § 1º, DA CLT. Como é cediço, o desconhecimento dos fatos pelo preposto atrai a incidência do art. 843, § 1º, da CLT (§ 1º - É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente), implicando a confissão ficta e a consequente presunção de veracidade das alegações contidas na petição inicial, a qual pode ser elidida por prova pré-constituída nos autos em sentido contrário. No caso, o preposto das reclamadas demonstrou total desconhecimento acerca de fatos importantes como duração do vínculo empregatício e valor da remuneração paga ao trabalhador, tendo sido corretamente aplicada a confissão ficta. Não havendo nos autos elementos de prova capazes de afastar os efeitos da confissão ficta, não merece reforma a sentença quanto ao acolhimento do pedido de reconhecimento de vínculo de emprego antes da data anotada em CTPS, bem como no que se refere ao pagamento de salários extra folha. Recurso ordinário das reclamadas a que se nega provimento, no particular. **TRT-PR-05332-2014-021-09-00-6-ACO-09296-2016 - 2A. TURMA, Relator: CÁSSIO COLOMBO FILHO, Publicado no DEJT em 18-03-2016***

Por isto a escolha do preposto é um ato que envolve extrema cautela, já que as consequências de seu depoimento podem gerar importantes desdobramentos processuais, influenciando diretamente o convencimento do julgador e, por conseguinte, o resultado do processo. 🙄

* **Daniely Andressa da Silva**, assessora jurídica do SESCOOP/PR

Finalizando a proposta do PRC 100

Noventa representantes de cooperativas do Paraná participaram, no dia 15 de março, na sede do Sistema Ocepar, em Curitiba, de reunião sobre o PRC 100 (Paraná Cooperativo 100), o planejamento estratégico do cooperativismo do estado, visando alcançar R\$ 100 bilhões em faturamento. Na oportunidade, foram realizados os últimos ajustes e concluído o documento para apresentá-lo na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Ocepar, no dia 1º de abril.

Resultados

“Se tivermos a capacidade de fazer com que as propostas alinhadas no PRC 100 possam ser colocadas em prática, com certeza teremos bons resultados. Esse time de profissionais das cooperativas contribuiu para transformar tudo que foi debatido e discutido nos encontros realizados ao longo dos últimos meses numa proposta que

Foto: Ricardo Rossi/Sistema Ocepar



pode fortalecer ainda mais o cooperativismo do Paraná. Costumo dizer que o nosso diferencial está exatamente na capacidade que

temos de fazer as coisas acontecerem”, afirmou o superintendente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, que abriu o evento. 📄

Rodocoop homenageia Ocepar

O presidente da Rodocoop – Cooperativa de Transportes e Serviços Rodoviários, Marcos Antonio Trintinalha, entregou, no dia 26 de fevereiro, uma placa ao presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, em reconhecimento ao apoio e incentivo prestado pela entidade. A cooperativa, com sede em Mandaguari, no Norte do Paraná, está completando 10 anos.

Contribuição

“Com a ajuda da Ocepar, organizamos nossos processos e firma-

mos parcerias importantes, entre as quais, com a Cocari, também de Mandaguari. Hoje somos a terceira cooperativa em termos de faturamento no ramo transporte. Por este motivo, fizemos uma singela homenagem a todos que contribuíram para a nossa expansão”, disse Trintinalha, destacando que, além da Ocepar, foram homenageados durante a sua Assembleia Geral Ordinária, no dia 19 de fevereiro, diretores e outras personalidades que contribuíram para o crescimento da cooperativa. 📄



Foto: Ricardo Rossi/Sistema Ocepar

Crea/PR concede Medalha ao Mérito

O engenheiro agrônomo, diretor da Coamo, Credicoamo e da Ocepar, Ricardo Accioly Calderari, recebeu a Medalha e o Diploma de Mérito da Engenharia e Agronomia Paranaense, concedidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (Crea/PR), durante solenidade realizada no dia 29 de fevereiro, no auditório do Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), em Curitiba. Ao todo, onze profissionais escolhidos pelas Câmaras Especializadas do Crea/PR foram homenageados. 🌱



Foto: Assessoria Crea/PR

Mestrado inicia terceira turma

Os novos estudantes do Mestrado Profissional em gestão de cooperativas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) foram recebidos pelos professores no dia 10 de março, na Escola de Negócios da instituição, em Curitiba. Eles conheceram em detalhes a metodologia do curso e as linhas de pesquisa a serem aprofundadas nos trabalhos de dissertação. O gerente de Desenvolvimento Humano do Sistema Ocepar, Leonardo Boesche, deu as boas-vindas aos mestrandos e fez uma explanação sobre os objetivos da entidade em promover e ampliar os estudos e pesquisas sobre o cooperativismo. Também conversaram com os estudantes os professores Alex Ferraresi, coordenador do curso, Gilson Martins, Reginaldo Barreiro, Vilmar Rodrigues Moreira e Leila Dissenha. Lançado em 2013, o mestrado conta com outras duas turmas em andamento. 🌱



Foto: Ricardo Rossi/Sistema Ocepar

Censo do leite

O Sistema OCB e a Embrapa Gado de Leite irão realizar o Censo do Cooperativismo do Leite com objetivo de conhecer a realidade do setor leiteiro e buscar soluções para que as cooperativas ampliem e fortaleçam sua relação com os produtores e o mercado consumidor. Este é o segundo levantamento realizado pelas entidades. O trabalho anterior, feito em 2003, mostrou que as cooperativas respondiam pela captação de 40% da produção de leite no Brasil, reunindo mais de 151 mil produtores associados. Os questionários do Censo deste ano serão enviados às cooperativas a partir de 4 de abril. O acordo de cooperação para realização da pesquisa foi assinado no dia 2 de março, na Reunião da Câmara de Leite do Sistema OCB, em Brasília. 🌱



Foto: Iago Carvalho/Sistema OCB

Unicampo confirma expansão

Depois de um ciclo de 16 pré-assembleias, a Unicampo (Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Agronomia) reuniu seus cooperados, no dia 19 de março, para a sua Assembleia Geral Ordinária. Um momento especial para os cerca de 80 cooperados presentes, pela oportunidade de aproximação e conhecimento da realidade da cooperativa, e também para a Unicampo que, na oca-

sião, confirmou a expansão projetada. Mesmo num cenário de crise no país, o faturamento passou de R\$ 74 milhões em 2014 para R\$ 81,3 milhões em 2015, o patrimônio líquido foi de R\$ 18,3 milhões e as sobras à disposição da AGO foram de R\$ 1,6 milhão, valor que, juntamente com os juros distribuídos sobre a conta capital, de R\$ 1 milhão, totalizaram distribuição de R\$ 2,6 milhões. 🌱

Empresários mexicanos no Paraná

Uma delegação formada por representantes de 20 empresas importadoras mexicanas, organizada pela Câmara México Brasil (Camebra) e pelo Conselho Mexicano da Carne (Comecarne), esteve em visita a cooperativas paranaenses no mês de março. No dia 2, o grupo esteve na Copacol, em Cafelândia, no oeste do estado, para conhecer o abatedouro de aves e toda a gestão de qualidade realizada para a industrialização de frangos. Os mexicanos também foram até Marechal Cândido Ron-



Foto: Assessoria Copagrill

don, também no oeste paranaense, no dia 4, onde visitaram a Unidade Industrial de Aves da Copagrill, que é habilitada a exportar carne de frango para o México. 🌱

Intercâmbio com o Piauí

Cerca de 70 mulheres cooperativistas do Piauí conheceram a organização do quadro social paranaense durante evento realizado em Teresina pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) daquele estado para comemorar o Dia Internacional da Mulher. O trabalho realizado no Paraná, que conta com apoio do Sescoop/PR, foi apresentado pela gerente da Universidade Coopavel (Unicoop), Sandra Aparecida dos Santos. “É muito gratificante poder levar nossa experiência para outras regiões e ver que estamos ajudando o cooperativismo brasileiro a se desenvolver”, comenta, lembrando que, a partir deste evento, o Sescoop do Piauí passou a incentivar a construção de um comitê feminino. “Foi o primeiro passo, e nos sentimos muito honrados em ter feito parte disso. E percebemos que as mulheres gostaram do que ouviram e que saíram comprometidas em fazer proposta dar certo”, frisou. 🌱

Novos roteiros turísticos

A Cooptur – Cooperativa Paranaense de Turismo, especializada em roteiros cooperativistas está desenvolvendo um novo produto, através do programa “Imersão em Cooperativismo”, cujo objetivo é mostrar o modelo cooperativista paranaense às cooperativas brasileiras. O produto estará disponível para todas as cooperativas brasileiras por meio dos sistemas estaduais e é baseado em roteiros que podem variar de quatro a sete dias de viagem, onde os participantes terão a oportunidade de conhecer cooperativas de diversos ramos como agronegócio, saúde, crédito, turismo e transporte. Além disso, serão mostrados modelos de intercooperação, gestão, planejamento, organização do quadro social, através de apresentações e visitas. 🌱



Foto: Arquivo Sistema Ocepar

“ A educação é sempre muito importante como base para o desenvolvimento [...] Em nosso país, há um desconhecimento muito grande das vantagens do auxílio mútuo, da cooperação, da soma de esforços, da força que resulta da união ”

Diva Pinho,

Pesquisadora e pioneira no estudo do cooperativismo brasileiro. Professora, economista, advogada, escritora, artista plástica e idealizadora da Fundação e Instituto Carlos e Diva Pinho. Faleceu no dia 3 de março, aos 90 anos

Foto: Arquivo/Funcadi



“ O governo vai trabalhar ‘sem exageros’, respeitando o momento que o Brasil vive, de ajuste fiscal e baixo crescimento ”

Ministra Kátia Abreu,
Referindo-se ao Plano Safra 2016/17

“A chave para o Brasil é resolver as questões domésticas e formular políticas para o futuro que tragam confiança aos mercados. O mundo é importante, mas a agenda doméstica é mais”

Jens Arnold,

Representante para o Brasil da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ao comentar que o Brasil não está na lista de países que seguem o receituário do órgão que traz sugestões para incentivar o crescimento

“É como se fosse o CPF da propriedade. No início, fizemos um esforço de divulgação falando sobre os benefícios do CAR, agora estamos focando nos prejuízos para quem não se cadastrar”

Mariese Cargnin Muchail,

Diretora de Restauração e Monitoramento Florestal do IAP, referindo-se ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), registro eletrônico que deve ser feito até 5 de maio

“ Temos convicção de que a verdadeira resposta que o nosso povo deseja está ligada ao fortalecimento de valores éticos, boas práticas de gestão e governança, transparência e respeito às pessoas. É com este pensamento, que, mais uma vez, o cooperativismo se coloca à disposição para contribuir no resgate da esperança em um Brasil mais forte! ”

Parte da Nota Oficial “Cooperativismo - confiante em um Brasil mais forte”, divulgada pelo Sistema OCB sobre o momento político e econômico atual.

“O cooperativismo é a doutrina que visa cumprir o social por meio do econômico, tendo por objetivo o bem-estar do homem. Destaco aqui a realidade do meu Paraná que, no ano passado, teve o expressivo faturamento de R\$ 60,4 bilhões, correspondendo a um crescimento de 19,6% em relação ao ano anterior”

Osmar Serraglio,

Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frecoop), na solenidade de lançamento da Agenda Institucional do Sistema OCB, em Brasília

COMO VOCÊ FARIA
UM BANCO HOJE?

"Não seria
um banco"

ESTA RESPOSTA JÁ EXISTE:
SOMOS UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COOPERATIVA.

Com conta-corrente, cartão de crédito, poupança e muito mais. Somos 3 milhões de pessoas participando das decisões e dos resultados financeiros do negócio. A vida moderna pede uma instituição financeira mais sustentável, humana e justa. Se você também pensa assim, venha conhecer o Sicredi. É a escolha de quem sabe que

**UM MUNDO MELHOR
A GENTE FAZ JUNTO.**



GENTE
QUE
COOPERA
CRESCER

NÃO PERCA O PRAZO!

PRODUTOR RURAL

05 DE MAIO É O ÚLTIMO DIA

PARA REALIZAR O

CADASTRO AMBIENTAL RURAL

Imagem: Assessoria C.Vale

CONSEQUÊNCIAS PARA QUEM NÃO REGULARIZAR:

1. Perderá o direito das áreas consolidadas em Área de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL) e Área de Uso Restrito | 2. Pequeno produtor rural perderá a isenção de recuperação da Reserva Legal | 3. Restrição ao Crédito Rural (2017) | 4. Restrição ao Licenciamento Ambiental (IAP).